

**MESA DA ASSEMBLÉIA**

Presidente - José Ferraz - **PTB**  
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**  
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**  
3º-Vice-Presidente - Rêmolo Aloise - **PMDB**  
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**  
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**  
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**  
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**  
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

---

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
    - 1.1- [Reunião Ordinária](#)
    - 1.2- [296ª Reunião Extraordinária](#)
    - 1.3- [Abertura do Ciclo de Debates - Eleições 94](#)
  - 2- [ORDENS DO DIA](#)
    - 2.1- [Plenário](#)
    - 2.2- [Comissões](#)
  - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
    - 3.1- [Plenário](#)
    - 3.2- [Comissões](#)
  - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
  - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
  - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
  - 7- [ERRATA](#)
- 

**ATAS**

-----

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 19 DE AGOSTO DE 1994**

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO** - Falta de "quorum".

**COMPARECIMENTO**

- Às 9h16min, comparecem os seguintes Deputados:

Roberto Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Antônio Fuzatto - Clêuber Carneiro - Elisa Alves - Ivo José - Kemil Kumaira - Maria Elvira - Ronaldo Vasconcellos.

Falta de "Quorum"

**O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão)** - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental, razão pela qual a Presidência deixa de abrir a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 22, às 20 horas.

---

**ATA DA 296ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA, EM 16 DE AGOSTO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

**SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA):** Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.605/93 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.561/93; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.277; encerramento da discussão; Requerimento do Deputado Roberto Amaral; deferimento - Questão de ordem; chamada para recomposição de número regimental; existência de "quorum" para discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/93; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.756/93; encerramento da discussão - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

#### **ABERTURA**

- Às 20h14min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - José Militão - Rêmoló Aloise - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Amílcar Padovani - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Pinheiro - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Cóssimo Freitas - Dílzon Melo - Elisa Alves - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jaime Martins - João Marques - Jorge Hannas - José Braga - José Laviola - Kemil Kumaira - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Milton Salles - Raul Messias - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **1ª PARTE**

##### **Ata**

- **O Deputado Gilmar Machado**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **2ª PARTE (ORDEM DO DIA)**

**O Sr. Presidente** - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.605/93, da Comissão de Defesa do Consumidor, que dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 977, de 17/9/27, que institui a Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Trânsito e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa Social perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa Social para que fosse emitido parecer sobre o Substitutivo nº 1, que foi retirado pelo autor. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Defesa Social.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.561/93, do Deputado Hely Tarquínio, que estabelece diretrizes para a cooperação técnico-financeira entre o Estado e os consórcios administrativos intermunicipais de saúde e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.561/93 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.277, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao § 3º do art. 4º, ao inciso IX do art. 18 e aos arts. 20 e 29; e pela rejeição do veto aos arts. 11 e 12 e ao inciso II do art. 25. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do ilustre Deputado Roberto Amaral, em que, na forma regimental, solicita a votação destacada do veto ao art. 29 da Proposição de Lei nº 12.277. A Presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XVII do art. 244 do Regimento Interno.

#### **Questão de Ordem**

**O Deputado Gilmar Machado** - Sr. Presidente, essa é uma proposição de lei importante, oriunda de projeto do Deputado Roberto Amaral. Queremos discutir o veto a ela e, tendo em vista que não há "quorum" para votação destacada, solicitamos à Presidência que proceda à recomposição de "quorum".

**O Sr. Presidente** - É regimental o pedido. Esta Presidência solicita ao ilustre Deputado Bernardo Rubinger que proceda à chamada para recomposição de "quorum".

**O Sr. Secretário** - (- Faz a chamada.)

**O Sr. Presidente** - Responderam à chamada 30 Deputados. Portanto, não há "quorum" para votação, mas o há para discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/93, do Deputado Célio de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ijaci. A

Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.756/93, do Deputado Agostinho Patrus, que cria o Programa Mineiro de Apoio e Orientação Técnica à Construção, Reforma e Melhoria de Moradias para Famílias de Baixa Renda - PROMORAR. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Esgotada a matéria da pauta em fase de discussão e persistindo a falta de "quorum" para votação, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 17, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

---

---

### **ATA DA ABERTURA DO CICLO DE DEBATES "ELEIÇÕES 94", REALIZADA NO DECORRER DA 563ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 2 DE AGOSTO DE 1994**

Presidência dos Deputados José Ferraz e José Renato

**SUMÁRIO:** Designação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente, do jornalista João Bosco Martins Salles, do Sr. José Alencar e do Deputado Bonifácio Mourão - Designação do coordenador - Palavras do coordenador - Debates.

Designação de Comissão

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - Esta Presidência nomeia os Deputados Tarcísio Henriques, Sebastião Costa e Ambrósio Pinto para, em comissão, introduzirem neste recinto o Dr. José Alencar, candidato a Governador do Estado pelo PMDB.

Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência tem o prazer de convidar a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Dr. José Alencar, candidato ao Governo do Estado pelo PMDB; jornalista João Bosco Martins Salles, Presidente do CEPO; jornalista Ariosto da Silveira, ex-Presidente do CEPO e Editor de Política do Jornal "Diário da Tarde"; e Deputado Bonifácio Mourão, Líder do PMDB na Assembléia Legislativa.

Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta parte da reunião a receber o Dr. José Alencar, candidato ao Governo do Estado pelo PMDB, na abertura do Ciclo de Debates Eleições 94, promovido por esta Assembléia e pelo Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais - CEPO.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Dr. José Alencar, candidato ao Governo do Estado de Minas Gerais pelo PMDB; Exmo. Sr. João Bosco Martins Salles, DD. Presidente do CEPO; Exmo. Sr. Ariosto da Silveira, coordenador destes debates; meu caro colega e companheiro de Assembléia, Deputado Bonifácio Mourão, Líder do PMDB nesta Casa; Srs. Deputados; minhas senhoras e meus senhores; autoridades civis e militares; na qualidade de Presidente desta Casa, temos a satisfação de abrir o Ciclo de Debates Eleições 94, com os candidatos ao Governo do Estado de Minas Gerais, promovido pela Assembléia Legislativa e pelo Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais - CEPO.

Sobre a democracia, muito já se comentou através dos tempos e muito ainda há de se comentar enquanto os homens viverem em sociedade. Democracia, entre outras coisas, significa a busca incessante do senso comum. Na macropolítica, isto se traduz pela vontade manifesta da maioria na condução dos negócios públicos. Este processo, simples na sua análise, mas complexo em sua execução, começa inegavelmente na escolha dos governantes, aqueles que terão sobre seus ombros a responsabilidade de representar a vontade geral no difícil mister de administrar o aparelho do Estado.

Ao assumirmos a Presidência desta Casa, adotamos como compromisso prioritário de nossa administração o empenho de levar o povo a ter uma participação mais efetiva no processo político do nosso Estado, fazendo com que a Assembléia Legislativa abra todos os canais possíveis de arregimentação popular. O ponto mais alto deste objetivo foi consumado na realização das audiências públicas regionais, coroadas de pleno êxito. O esforço, porém, de fazer a Assembléia chegar ao povo, para que nele se integre como peça dinâmica da vida política do Estado, não se esgota nas propostas populares para a elaboração do orçamento do Estado; tem continuidade em outras formas de participação promovidas pelo Poder Legislativo mineiro: seminários, simpósios, ciclos de estudos, etc.

Dentro desta filosofia de ação política, não poderia, pois, a Assembléia Legislativa

de Minas Gerais se esquivar de uma presença mais efetiva no pleito eleitoral que se avizinha, de importância fundamental para o País e o Estado.

Entre outros cargos importantes a serem preenchidos, caberá, mais uma vez, ao povo de Minas Gerais escolher o nome daquele que deverá ser o Governador de todos os mineiros pelos próximos quatro anos. Trata-se de um ato de grande responsabilidade cívica, do qual nenhum cidadão pode se alienar; pelo contrário, deve se posicionar de forma consciente e responsável.

A Assembléia de Minas, ciente de seu papel no grave momento histórico que vivemos, associada ao Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares, houve por bem promover o Ciclo de Debates Eleições 94, com a presença dos candidatos à mais alta magistratura de nosso Estado, o qual temos a honra de inaugurar nesta oportunidade.

A iniciativa, não temos dúvida ao afirmar, é das mais importantes para o aperfeiçoamento do processo eleitoral em Minas, pois valoriza o princípio da livre opção do cidadão e contribui para aprimorar a transparência que deve nortear as suas preferências na escolha dos ocupantes de cargos representativos.

Está programado o comparecimento dos candidatos ao Governo de Minas. Cada qual deverá, no dia de sua apresentação, expor seu respectivo projeto administrativo, para conhecimento público, devendo a seguir se colocar à disposição daqueles que desejarem sabatiná-lo para melhor conhecer sua posição diante da problemática político-administrativa do nosso Estado.

Esperamos, com a promoção deste evento, contribuir, de forma despretensiosa, para que o eleitor mineiro conheça melhor os postulantes ao governo de seu Estado, podendo desta maneira exercer, de forma consciente, o direito do voto e escolher aquele que, segundo seu julgamento, possuir as melhores condições para dar ao povo de Minas uma administração voltada para o desenvolvimento, o bem-estar e a felicidade.

Palavras do Jornalista João Bosco Martins Salles

**O Sr. Presidente** - Neste instante, temos o prazer de passar a palavra ao jornalista João Bosco Martins Salles, Presidente do CEPO.

**O Sr. João Bosco Martins Salles** - Exmo. Sr. Deputado José Ferraz, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Dr. José Alencar, candidato ao Governo do Estado pelo PMDB; Exmo. Sr. Ariosto da Silveira, meu companheiro e coordenador dos debates; Exmo. Sr. Deputado Bonifácio Mourão, Líder do PMDB na Assembléia Legislativa; Srs. Deputados, demais autoridades, meus senhores, minhas senhoras, o debate de idéias, no seu sentido mais amplo, é fundamental para a sobrevivência da democracia. Sem o debate de suas propostas, de seus projetos e sonhos, o homem ficaria aprisionado no seu próprio passado, sem poder avançar rumo ao novo. O passado é referência para um futuro melhor, e o debate entre homens que almejam representar o seu povo é a certeza de que este povo saberá escolher o que entende ser o ideal para o presente. Democracia sem discussão sincera das propostas daqueles que querem nos representar não é democracia. Defender seus pensamentos é direito sagrado de todo o ser humano. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais e o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares abrem hoje um ciclo de debates para que o povo mineiro possa votar com a consciência tranqüila de que estará fazendo a melhor escolha. Isto por acreditarem na importância da exposição das idéias daqueles que postulam ocupar a cadeira de Milton Campos, Bias Fortes, Magalhães Pinto, Israel Pinheiro, Rondon Pacheco, Aureliano Chaves, Francelino Pereira, Tancredo Neves e Hélio Garcia.

Quando os Deputados desta Casa Legislativa abrem espaço para que a população tenha acesso às propostas dos candidatos ao Governo de Minas, toda a sociedade destas Gerais só pode aplaudir tal iniciativa. E, nós, do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares, temos certeza de que este ciclo de debates irá, de forma inequívoca, contribuir para que tenhamos no Palácio da Liberdade um homem comprometido com os ideais de Minas, comprometido com a honra, com a honestidade e com o espírito empreendedor deste povo mineiro. Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Alencar

**O Sr. Presidente** - Neste momento, a Presidência tem o prazer de passar a palavra ao Dr. José Alencar, nosso convidado, para abertura do ciclo de debates.

**O Sr. José Alencar\*** - Exmo. Sr. Deputado José Ferraz, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. jornalista João Bosco Martins Salles, DD. Presidente do CEPO; Exmo. Sr. jornalista Ariosto da Silveira, ilustre coordenador dos debates desta solenidade; Exmo. Sr. Deputado Bonifácio Mourão, Líder do nosso partido, o PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Srs. Deputados, Srs. Vereadores, senhores candidatos de vários partidos aqui presentes, cumprimento-os a todos, na pessoa do companheiro Dálton Canabrava, que é candidato do nosso partido a suplente de Senador, na chapa do nosso candidato, Tarcísio Delgado, minhas senhoras e meus senhores, jovens aqui presentes, é realmente excepcional a honra que me cabe de participar, hoje, desta histórica sessão da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na condição de candidato a Governador do Estado pelo PMDB. Nós aqui vimos para abrir o programa de debates que esta Casa toma a iniciativa

de realizar com todos os candidatos postulantes ao Governo de Minas. Primeiramente, cabe uma palavra de congratulação com a Assembléia Legislativa, na pessoa do seu ilustre Presidente, nosso caríssimo e eminente amigo Deputado José Ferraz, porque é realmente louvável o fato de, em ocasiões como esta, a Assembléia abrir a todos os Deputados e a todos os homens de responsabilidade de Minas a oportunidade para que conheçam os candidatos ao Governo. O programa prevê a apresentação do projeto de governo. É claro que todos os candidatos que aqui vierem irão, naturalmente, falar sobre o seu programa. O programa de governo é um trabalho extenso, cuidadoso. O nosso, por exemplo, contempla o diagnóstico, as diretrizes e a estratégia. Não vou lê-lo, entretanto, por ser muito extenso. É um programa bastante sério. Há uma equipe primorosa à sua frente. Nós não podemos, entretanto, deixar de dar uma idéia do que seja ele, que será totalmente conhecido por todos os mineiros, no decorrer desse período de dois meses em que teremos a oportunidade para falar sobre tal programa, nos horários gratuitos de televisão e rádio e por ocasião de entrevistas e debates como este.

Nós acreditamos que as soluções dos principais problemas de Minas e do Brasil são simples. Muitas pessoas pensam que, quando falamos em soluções, estamos subestimando os problemas. Mas não acreditamos em soluções complicadas e complexas, pois acabam não sendo soluções. Gostaria que vocês me permitissem ler apenas uma introdução dos nossos trabalhos. (- Lê:)

- A matéria lida não foi entregue pelo orador.

O desemprego, meus amigos, é o que há de mais cruel, é o que mais judia da pessoa humana. O desemprego destrói a personalidade do cidadão perante sua esposa, perante seus filhos. O cidadão chega a sua casa e tem que revelar para a esposa e os filhos que está desempregado. No primeiro momento, ele ameniza o quadro dizendo que, de fato, nem tão bom era aquele emprego. Segundo: ele também conta para a mulher e para os filhos que não foi só ele quem foi despedido; a empresa, na verdade, dispensou 200, 300 empregados. Terceiro, ele diz assim: "Mas eu recebi o Fundo de Garantia e recebi também uma indenização; tenho uns trocados, algum dinheiro pela primeira vez na minha vida. Gostaria de proporcionar a você e aos nossos filhos uma visita aos parentes. Há quanto tempo você deseja visitar os pais, levar os filhos para ficarem uns dias com a sua mãe, com o seu pai?" São palavras que procuram consolar a mulher naquele momento de angústia que está vivendo. E vão fazer as tais visitas aos parentes. Os parentes os recebem com festas. O tempo passa. Uma semana, duas semanas... É hora de voltar para casa. As aulas vão recomeçar, as crianças têm que se matricular e eu tenho que arranjar outro emprego. "Então, voltam para casa. Ele pega o jornal de domingo, lê os pequenos anúncios e sai na segunda-feira confiante de que vai arranjar emprego. Volta à tarde. É o primeiro dia. Vem o segundo dia, a primeira semana, a segunda semana. A mulher e os filhos já estão esperando por ele na porta. Ele volta, e nada. A própria mulher, que o ama, e os filhos, que também o amam, começam a duvidar: "Quem sabe ele fez alguma coisa errada no primeiro emprego e as informações a seu respeito não são boas, por isso não consegue um novo emprego?" Qual nada, ele é uma boa pessoa. Entretanto, ele próprio começa a pensar: "Meu Deus, será que tem alguém dando informações contra mim onde eu trabalhava?" E começa, portanto, a ter a sua personalidade destruída perante a mulher e os filhos. Não há nada mais cruel do que o desemprego, meus amigos. Daí, a razão de um programa de governo em Minas ou no Brasil que retome o desenvolvimento, que gere oportunidades para que o homem se realize.

O Brasil e Minas Gerais não são apenas os belíssimos e riquíssimos territórios que possuem; são, antes, o seu povo. Portanto, precisamos construir o homem para que possamos construir, também, sobre este território maravilhoso que Deus nos deu, uma nação, uma população mineira rica, competitiva, capaz de usufruir os benefícios da vida moderna. Por isso, a razão de o nosso compromisso ser com a construção do homem pela educação, pela proliferação das universidades em grau de melhor qualidade para todo o interior de Minas. Também, por meio de convênios tripartidos entre o Governo, institutos de formação profissional e municípios, queremos levar, para todo o interior de Minas, a formação profissional, já que nem todas as pessoas querem cursar a universidade. Alguns desejam ser eletricitistas, outros, mecânicos, eletrônicos, marceneiros, desenhistas, etc. Cada um deseja realizar algo em alguma profissão. Vamos fazer esses convênios para levar a todo o interior mineiro a escola profissional, com metodologia, a experiência, por exemplo, do SENAI, na área da indústria, do SENAC, na área do setor terciário, do SENAR, na área da agricultura. Vamos levar a formação de técnicos agrícolas de todos os níveis para o interior, por meio de convênio entre o Governo do Estado, a Federação da Agricultura e os municípios. As empresas, também, poderão participar. É assim que vamos procurar fazer um trabalho para construir o homem.

Sabemos, por exemplo, meus amigos, que os Estados Unidos da América estão aplicando em educação, neste ano, US\$500 bilhões, enquanto nós estamos aplicando US\$30 bilhões. Mas o pior dessa informação é que os US\$500 bilhões correspondem a 8% do PIB norte-

americano e os nossos US\$30 bilhões também representam os mesmos 8% do nosso PIB. Só que o PIB deles é de US\$6 trilhões, ao passo que o nosso é de US\$400 bilhões. Então, precisamos aprender que não pode haver recursos para a educação se não fizermos crescer a base sobre a qual incidem os impostos brasileiros e mineiros. Elevar as alíquotas não significa fator de crescimento da arrecadação. Só conseguiremos fazer crescer a arrecadação com o crescimento da economia; e economia não é fim, mas meio para a consecução dos objetivos sociais. Não adianta falar em educação, em saúde pública, em moradia, em transporte sem dinheiro. Isso é utopia, é ilusão. É muito romântico falar que vamos resolver todos os problemas sociais sem falar em dinheiro. Precisamos enriquecer o Estado e, para isso, é necessário buscar as peculiaridades próprias de cada região, as características próprias de cada região.

Minas - como ensina Guimarães Rosa - são muitas Minas. Temos que criar estímulos fiscais e creditícios específicos para cada área, para cada setor, para cada região, para que essas peculiaridades, essas características próprias, essas vocações naturais de cada região possam representar fator de progresso para aquela região, que, por sua vez, receberá todos os benefícios. É assim, meus amigos, que nós iremos industrializar o interior. Isso não é milagre, não. Isso é para quem tem experiência, é para quem sabe o que significa industrialização. Nós sabemos onde estão as fábricas e iremos buscá-las para desenvolver Minas. Nós produzimos 40% do aço do Brasil, no entanto esse aço, que é a nossa matéria-prima, que vem das entranhas da nossa terra, sai de Minas e vai se transformar em bens de consumo em outros Estados, gerando lá o ICMS, gerando lá as oportunidades de emprego, enquanto Minas sofre com o grande crescimento do fluxo migratório que vem do interior para a Capital. São famílias e mais famílias que chegam em Belo Horizonte buscando uma melhor qualidade de vida. São famílias que vêm do interior porque lá elas não possuem horizontes para os seus filhos. A Capital já não oferece a essas famílias condições mínimas de sobrevivência nem mesmo de emprego porque as fábricas, também, já não querem se instalar nas grandes metrópoles. Elas querem sair para lugares mais tranquilos. Quantas vezes encontramos nos sinais luminosos uma senhora, às vezes numa noite fria ou chuvosa, com uma criança no colo, pedindo ajuda para tratar daquela criança. Essa mulher, aqui, é apenas um número, parece até que veio de Marte. Mas não é não. Lá no interior ela tem nome, ela tem parentes, ela tem vizinhos, e tem mais, tem a solidariedade humana que existe no interior. Essa senhora quer voltar, mas não consegue mais, não tem mais como.

Meus amigos, não estamos na política para brincar, somos homem de 62 anos de idade. Conheço todas as dificuldades da vida, enfrentei todas elas porque nunca fui um desanimado e nunca fui um revoltado contra o progresso, ao contrário, durante toda a vida, aprendi a aplaudir o progresso, a aplaudir a vitória honesta das pessoas. Está aí a razão pela qual, aos 62 anos de idade, um homem realizado do ponto de vista material ingressa na vida política. Não para cuidar de si, porque, graças a Deus, disso não precisamos. Queremos cuidar do próximo, porque aprendemos desde criança a cultivar o espírito cívico, o espírito público, o amor e o respeito ao próximo. Então, meus amigos, ao lado do direito de cidadania há, também, o dever de cidadania. É como dever de cidadão que eu estou ingressando na política e vou trazer a minha experiência para mudar as coisas, vou arrumar a casa, não haverá mais recursos saindo pelo ralo.

No meu Governo, as obras serão contratadas a preço justo, e o dinheiro do povo vai render como rendeu na minha administração no sistema FIEMG. Em cinco anos no SESI, por exemplo, mais que tripliquei tudo que o SESI havia feito nos primeiros 42 anos de sua existência. No dia em que me licenciei para assumir a minha candidatura a Governador de Minas, deixei, nos cofres do SESI, recursos no valor de US\$32 milhões. Lá nunca entrou um tostão do Governo. Conseguimos isso imprimindo uma orientação administrativa acima de tudo vigilante com relação a compras e contratação. Além disso, pude contar com uma equipe maravilhosa, que foi motivada pelo meu exemplo.

Ninguém faz nada porque ouviu dizer. As pessoas são motivadas pelo exemplo de titulares. Falam, por exemplo: "Alencar, como é que você vai fazer com esse funcionalismo que não trabalha?" Não é verdade. Trabalha sim e quer trabalhar. Os funcionários têm espírito público, espírito cívico e brilho, mas é preciso que haja o exemplo do governante para que todos se motivem e não admitam mais os desperdícios do setor público, desperdícios de recursos do povo. E é preciso que os governantes voltem a respeitar o verdadeiro patrão, que é o povo.

Há menos de 40 anos, na segunda metade da década de 50, quando o maior de todos os Presidentes da história republicana, Juscelino Kubitschek, assumiu a Presidência da República - naquela época a Capital do Brasil era o Rio de Janeiro e o palácio residencial era o Palácio das Laranjeiras -, um amigo seu do interior de Minas, que pernoitou no Rio, resolveu, lá pelas 8 horas da noite, dar um abraço no Presidente. Perguntou ao porteiro do hotel: "Onde é que o Presidente Juscelino fica? Quero dar um abraço nele." O sujeito achou graça, mas falou com ele que havia o Palácio das Laranjeiras. Ele tomou um táxi e foi ao Palácio. Chegando ao portão do Palácio,

disse: "Quero falar com o Presidente Juscelino. Sou amigo dele de Minas e quero dar um abraço nele." O sujeito, então, falou que ele não podia falar com o Presidente porque não tinha marcado nada. Ele insistiu e, em de pouco tempo, a notícia chegou aos ouvidos do Presidente, que estava no Palácio. Apesar de estar com um Embaixador, que ia jantar com ele naquela noite, Juscelino perguntou o nome do sujeito e mandou que o cidadão subisse. Juscelino atendeu esse senhor simples do interior, conversou com ele durante algum tempo e tomaram café. Quando o cidadão saiu, uma das filhas de Juscelino disse-lhe: "Meu pai, o senhor é um homem tão importante e, no entanto, interrompe a recepção a um Embaixador estrangeiro para receber um homem tão simples do interior de Minas!" Então, Juscelino disse: "Minha filha, eu não sou importante, importante é o cargo que ocupo. E, além do mais, esse cargo não é meu, ele é do povo. Foi o povo que me pôs aqui. Esse homem que eu recebi é um dos homens a quem eu devo esse cargo." Há menos de 40 anos havia respeito pelas pessoas, havia respeito pelo povo, havia consideração para com os eleitores.

O que é o voto? Em uma eleição, o voto é mais importante que o candidato, porque é através do voto que um candidato é transformado em autoridade governamental. Então, é preciso que um cidadão se lembre, ao votar, de que está exercendo o direito e o dever de escolher um bom gerente para um grande território, que é o de Minas Gerais - um território de 600.000km<sup>2</sup>. É fundamental que se saiba quem é esse gerente, o que é que ele fez, se ele tem alguma obra em Minas Gerais, se ele tem um passado que se possa respeitar, se ele é um homem voltado para a administração, se ele tem alguma experiência administrativa. Quem é esse homem que vamos colocar na gerência do nosso Estado para promover o bem comum, manipulando e administrando recursos que são do povo e que são escassos? Ele tem maturidade? Ele tem juízo? Como é que se escolhe um homem desses? Escolhe-se por meio do voto consciente. Em uma ocasião, as coisas estavam feias na Inglaterra. Winston Churchill falou no parlamento que a democracia, de fato, era um péssimo regime, só que não havia nenhum outro melhor. Então, é por meio da democracia, do aperfeiçoamento democrático que nós vamos solucionar os problemas brasileiros. Temos que reagir. E a reação é o voto consciente. Daí a razão pela qual nós precisamos conhecer bem os cidadãos que se apresentam para a vida pública. Vamos ter aqui debates. Muitas pessoas vão fazer perguntas. Por isso prefiro parar de ler esta introdução. Quero apenas dar uma idéia do que vamos fazer.

Vamos cuidar do fomento das atividades econômicas nos setores primário, secundário e terciário, de todas elas: agricultura, mineração, pecuária, comércio, indústria, serviço e turismo. Vamos cuidar, também, da interiorização do desenvolvimento. Vamos cuidar da promoção de políticas públicas na área social, políticas sérias na área social. O problema da habitação, por exemplo, é um problema seriíssimo. Vamos ter oportunidade de falar sobre esse assunto por ocasião dos debates. Queremos valorizar o homem. Já adiantei alguma coisa para vocês a respeito, aplicando na educação, na saúde pública, na formação profissional, na ciência, no avanço tecnológico, etc. Desejamos, também, fortalecer os meios financeiros para fomentar a produção. Possuímos o melhor Banco de fomento regional do País, que é o BDMG. Temos de reativá-lo. Temos dois Bancos comerciais. Um deles tem de ficar estreitamente ligado ao fomento da agricultura, que é o que dá resposta de maneira mais rápida. A defesa do meio ambiente é outra preocupação nossa. Temos exemplo dado na Federação do cuidado que temos com a proteção ambiental. Temos, também, um capítulo dedicado à integração estadual. Talvez muitas pessoas não estejam preocupadas com isso. Posso informar a vocês que no Noroeste de Minas Gerais, uma região rica do nosso Estado, Paracatu, Unai e outras cidades do Noroeste não sabem que existe televisão em Minas. A programação que chega a essa região é de Brasília, do Rio e de São Paulo. O mesmo ocorre com a Zona da Mata e o Sul de Minas. A comunicação também é fator de integração. E isso não é difícil de corrigir. Os recursos necessários não são grandes. Vamos cuidar disso, porque Minas precisa ser um Estado absolutamente integrado. A integração deve ser entre todas as pessoas com a Capital e também inter-regionalmente. Temos que promover essa integração, e ela não se faz somente com estradas mas também com comunicação. A televisão é um veículo muito importante na comunicação. Temos muitos assuntos na nossa programação de governo que podemos discutir por ocasião dos nossos debates.

Concluindo minha introdução, quero reiterar meus agradecimentos à Assembléia Legislativa na pessoa do meu caríssimo e eminente amigo, Deputado José Ferraz, agradecendo também a todos os Deputados da Casa que estão aqui nos ouvindo, a todos os que aqui vieram hoje, nesta tarde de terça-feira. Peço a vocês que considerem muito o passado e a experiência dos candidatos ao exercerem sua opção na hora de votar. Peço, humildemente, a vocês os seus votos, sem os quais não poderei chegar lá. E se chegar, estejam certos de que jamais irei decepcioná-los, porque não estou fazendo promessas por aí. Estou assumindo o compromisso de cumprir um mínimo de promessas que os outros candidatos estão fazendo. Se puder fazer isso sem promessas, já estarei fazendo muito. Peço a Deus que eu continue podendo voltar e encarar as pessoas das localidades por onde tenho passado, durante minha vida. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Bonifácio Mourão

**O Sr. Presidente** - A Presidência vai passar a palavra ao ilustre Deputado Bonifácio Mourão, Líder do PMDB. Antes, porém, a Presidência informa ao Plenário que, após as palavras do Líder do PMDB, todos os presentes poderão formular perguntas, oralmente ou por escrito.

Com a palavra, o Deputado Bonifácio Mourão.

**O Deputado Bonifácio Mourão** - Sr. Presidente, Deputado José Ferraz, nosso candidato a Governador pelo PMDB, Dr. José Alencar Gomes da Silva, caro amigo João Bosco Martins Salles, Presidente do CEPO, caro amigo Ariosto da Silveira, coordenador deste debate, meus caros colegas Deputados Estaduais, Srs. Deputados Federais, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, demais autoridades, pessoas e amigos aqui presentes, o nosso candidato a Governador acabou de expor aqui, em síntese, o seu programa de governo para Minas Gerais, que será implantado a partir de 1995. Todos os candidatos que vierem aqui também falarão, certamente, sobre seu programa. Falarão, de um modo geral, do seu programa nas mais diversas áreas: obras, educação, saúde, habitação, cultura, ciência e tecnologia, turismo e assim por diante. Todos sempre falam a respeito desses assuntos. A diferença, Dr. José Alencar, é a sinceridade com que V. Exa. expõe seu ponto de vista. Aí está a sua marca, nessa mensagem sincera, na qual o senhor expressa para o povo mineiro o seu real sentimento, a vontade que o levou a ser o nosso candidato a Governador de Minas. Não para servir a si, como disse muito bem desta tribuna, mas para servir ao povo de Minas Gerais. E é disso que o povo mineiro está precisando. Quando o senhor, Governador José Alencar, for à televisão, ao rádio e aos jornais para se comunicar com o grande público de Minas Gerais, o povo mineiro vai entender que o senhor está usando as palavras para expressar seu pensamento, e não para escondê-lo, como muitas pessoas fazem com as palavras. É disso que estamos precisando em Minas Gerais. Por esse motivo, porque o senhor tem uma proposta sincera e um bom programa de governo para Minas Gerais, porque o senhor vem como um candidato novo, com uma proposta nova e com um novo sentimento, o senhor representa uma nova esperança para Minas Gerais. E essa nova esperança certamente chegará à vitória em 3 de outubro. Estamos vivendo uma fase nova na política brasileira. Estamos vivendo após a CPI do orçamento, divulgada pela imprensa nacional para os brasileiros. Em 3 de outubro, os eleitores vão mostrar que aprenderam a lição e, em todos os cantos, vão separar o joio do trigo. Um novo Brasil vai sair das urnas. Por isso o senhor, certamente, será eleito Governador de Minas. É hora de dizer daqui, desta tribuna, que já ocupei por tantas e tantas vezes, e dessas cadeiras da Assembléia Legislativa, que já procurei dignificar com uma conduta honrada: é hora de levar gente honrada, como V. Exa., para o Governo de Minas Gerais. Quando V. Exa. fala em governo para geração de empregos, V. Exa. o faz, como disse desde o início, com sinceridade. Por isso, o povo mineiro entende que V. Exa. vai trabalhar para economizar recursos e para fazer com que sejam aplicados efetivamente em benefício da comunidade. Aplicados com honestidade, esses recursos vão gerar, sem dúvida, empregos em Minas Gerais, e haverá mais vagas nas escolas, Governador José Alencar. Na medida em que se trabalha com honestidade, na medida em que se encara os recursos públicos com dignidade, haverá mais vagas nas escolas públicas, mais leitos e vagas nos hospitais, mais medicamentos, mais estradas no interior de Minas, mais casas populares e assim por diante. É através da dignidade e da honestidade que vamos mudar este País em 3 de outubro. Quando V. Exa. fala, em seu programa de governo, que vai criar escolas profissionais, V. Exa. coloca o dedo em um dos pontos mais importantes de um programa de governo. É preciso dizer aqui, do fórum próprio que é a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que precisamos mudar um pouco essa mentalidade. Todas as famílias desejam ter um filho formado num curso superior. Qual é o pai ou a mãe que não deseja isso? Mas é preciso encarar de frente essa questão, porque formar um filho num curso superior e vê-lo ficar completamente sem mercado de trabalho torna-se fato cada vez mais neste País e neste Estado. Formar um filho num curso superior, com o preço que está, não só o colégio, mas também a escola de nível superior, é muito difícil; mais difícil e desestimulante se torna quando se sabe que, depois de formado, o mercado de trabalho é o menor possível. Então, meus companheiros e amigos, quando o Dr. José Alencar fala em escolas profissionalizantes para formar marceneiros, eletricitistas, torneiros e outros profissionais, ele está no caminho certo, porque, na medida em que aperfeiçoarmos a qualidade da produção, vamos gerar mais recursos, ter mais dinheiro e melhor qualidade de produtos. E, com mais recursos, teremos mais escolas, mais saúde, mais energia, mais estradas e assim por diante. O senhor está no caminho certo, quando fala que os recursos deixados no SESI, ou, melhor dizendo, no sistema da FIEMG, são de muitos milhões de dólares. É isso que estamos precisando em Minas Gerais, estamos precisando de equilíbrio financeiro, porque, meus senhores, o que não pode continuar acontecendo neste Estado é a rolagem constante da dívida, que impede a ação dos governantes e gera uma dívida permanente para com o povo. Faça, no Estado de Minas Gerais, o equilíbrio das finanças que o senhor fez no sistema FIEMG, quando o administrou muito bem. Encerrarei minhas



palavras dizendo ao senhor, Dr. José Alencar, que o nosso partido, o PMDB, está unido em prol de sua eleição, e a Bancada do PMDB está integralmente unida na sua campanha. Chegaremos juntos à vitória, porque o povo de Minas Gerais acreditará na sinceridade da sua proposta e, sobretudo, nos seus sentimentos. Muito obrigado.

#### Designação do Coordenador

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência vai passar a coordenação desta parte da reunião ao jornalista Ariosto da Silveira, ex-Presidente do CEPO e editor de política do jornal "Diário da Tarde", que atuará como mediador dos debates desta tarde. Com a palavra, o ilustre jornalista Ariosto da Silveira.

#### Palavras do Coordenador

**O coordenador** - Senhoras e senhores, a partir deste momento todos os participantes do Ciclo de Debates Eleições 94 poderão formular perguntas ao candidato, Dr. José Alencar, devendo, contudo, inscrever-se previamente ou encaminhar a questão por escrito. Solicita-se que as questões sejam sucintas e objetivas, de forma a permitir que um maior número de participantes possa se manifestar. Ainda visando a um melhor aproveitamento do tempo, esta coordenadoria pede licença para dispensar as formalidades das saudações pessoais, de modo que os trabalhos se processem com maior agilidade. Cada inscrito disporá de até dois minutos para sua intervenção, devendo limitar-se a uma questão, resguardado o direito de inscrever-se novamente. O candidato, Dr. José Alencar, disporá de até três minutos para cada resposta. Tenho, em mãos, algumas perguntas e a primeira delas é da professora e diretora apostilada, Cleonice, que indaga do Dr. José Alencar o que fará em prol do funcionalismo público e dos professores.

#### Debates

**O Sr. José Alencar\*** - Meus amigos, já tratei desse assunto em minha exposição. Muitos desejam saber o que será feito com o funcionalismo, dizendo que há muitos cabides de emprego e as pessoas não querem trabalhar. Eu respondo o seguinte: vocês estão enganados, pois eles vão trabalhar muito e irão realizar-se como funcionários públicos. Os funcionários são, de modo geral, desrespeitados e ficam, inclusive, constrangidos de se apresentarem como tal, porque o funcionário público transformouse, em Minas e no Brasil, em sinônimo de pessoa que está, naturalmente, usufruindo direitos sem, propriamente, merecê-los. Na verdade, não é bem assim, pois temos condições de mudar essa imagem deturpada, fazendo com que o funcionário público se orgulhe de sua função, por se tratar de um serviço que é útil a todos, por isso precisamos investir no servidor. É muito fácil, para qualquer candidato, aqui chegar e dizer que vai duplicar o salário das professoras, mas eu não faço essa promessa. A promessa que faço é a de administrar corretamente os recursos do Estado, para que o dinheiro renda e, rendendo, possa ser aplicado em educação, saúde e tudo aquilo que diga respeito às responsabilidades do Estado. Obviamente, precisamos melhorar a qualidade do ensino. Para isso, temos que valorizar o corpo docente, ou seja, remunerar devidamente as professoras. É claro que isso ocorrerá na medida do possível, porque não posso fazer milagres. O que fiz no SESI, no SENAI e no Sistema FIEMG, poderei fazer no Governo. Uma professora do Sistema FIEMG, hoje, ganha muito mais do que uma professora do Estado. Além disso, ela recebe no dia 25 de cada mês, possui complementação de aposentadoria, pensão por morte e invalidez, recebe cupons de alimentação, além do restaurante, recebe complementação salarial referente ao auxílio doença, pago pelo INSS. Faz compras em armazéns e farmácias, cujo valor é pago aos fornecedores antecipadamente, o que possibilita preço especial para elas. Tem vale-transporte, recebe treinamento constante por meio da participação em cursos e seminários. Tem colônia de férias, adiantamento de 13º salário, prêmio por tempo de serviço, empréstimos a juros inferiores aos juros de mercado, seguro em grupo, pecúlio, auxílio-funeral, creche e auxílio-creche. E nunca houve atraso no pagamento dos salários. Isso, para não dizer que o nível salarial é muito superior ao nível salarial do Estado. Para se ter uma idéia, o Auxiliar Administrativo em início de carreira no quadro permanente do Estado ganha R\$78,18, enquanto o Auxiliar Administrativo iniciante no Sistema FIEMG ganha R\$348,00. São cinco vezes mais.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é de Itamar de Oliveira: "Como cidadão nascido no Oeste de Minas e com residência e trabalho em Belo Horizonte, gostaria de saber o que o futuro Governador pretende fazer em relação ao desenvolvimento do interior do Estado e da região metropolitana de Belo Horizonte, em relação ao ICMS do leite e em relação à profissionalização dos jovens formados nas escolas e universidades localizadas na Capital.

**O Sr. José Alencar\*** - Com relação ao problema do desenvolvimento, é claro que ele tem de favorecer todas as áreas do Estado, todas as regiões. As regiões têm características diversificadas. Conheço o Oeste de Minas: é uma região rica, privilegiada, que tem recursos naturais muito bons. Agora, é preciso que cheguem ao Oeste de Minas, bem como a todas as demais regiões do Estado, os incentivos não só creditícios como fiscais, para promover o desenvolvimento das características próprias de cada região. Com relação ao ICMS do leite, o Sul de Minas, por exemplo, é

o maior produtor de leite do Estado e do País e envia leite "in natura" para São Paulo, para ser industrializado lá. É preferível reduzirmos ou, até, eliminarmos o ICMS do leite e trazermos indústrias, para que esse leite seja transformado em produtos finais sobre os quais incidirão os impostos. E mais: essas indústrias trarão também benefícios e geração de empregos, em vez de estarmos exportando leite "in natura". Da mesma forma, poderíamos dizer que o ensino profissionalizante não irá beneficiar apenas o interior, mas, é claro, também a Capital. O que é preciso é que ele esteja disponível para tantos quantos queiram uma profissão. Ele irá então favorecer as escolas da Capital e do interior. O SENAI, por exemplo, que conheço bem, porque fui seu titular durante 5 anos, tem metodologia, tem capacidade administrativa, porém, não tem os recursos para fazer prevalecerem as escolas profissionais. Mas, com um convênio tripartite, do qual participem o Estado, o SENAI e os municípios, podemos fazer crescer a sua capacidade de atendimento, beneficiando todos os jovens mineiros, do interior ou da Capital. Da mesma forma, iremos também procurar aperfeiçoar o ensino superior. Isso não significa que abandonaremos o ensino médio. É claro que a educação básica, como o próprio nome indica, é importantíssima. Se não houver uma boa formação, não teremos bons profissionais de nível superior nem de nível médio. Temos que aperfeiçoar o ensino básico. Temos hoje os recursos da eletrônica, que serão postos à disposição do ensino básico brasileiro, digo, mineiro. Foi um lapso. É preciso que todo cidadão que se atreva a ser candidato ao governo de Minas esteja apto a assumir também a Presidência da República.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é de Giselda Pereira Resende: "Sr. José Alencar, minha preocupação é com os presos. Acho injusto a sociedade sustentá-los, mas acho desumano o tratamento dado a eles. O que o senhor pretende fazer a respeito?" Há ainda uma observação no final: "Assim que o senhor vencer, tenha uma boa idéia a respeito."

**O Sr. José Alencar\*** - As pessoas, quando vão para uma penitenciária, deveriam entrar numa casa que os recuperasse. Entretanto, vão para uma casa que agrava a sua condição de marginais. O cidadão sai da penitenciária e nunca mais tem condições de se integrar na vida social, dentro de uma condição normal, tranqüila e sadia. Penso que a minha experiência empresarial poderá me ajudar a fazer das grandes penitenciárias verdadeiros centros de formação profissional e de produção, para que os presos se profissionalizem e se recuperem como cidadãos, saindo de lá, depois de cumprirem sua pena, integrados, novamente, na sociedade. Esse projeto também se aplica às pequenas cadeias municipais, onde estão os presos que não cometeram crimes hediondos, como é mais comum acontecer no interior. Esses criminosos estão à espera de uma nova oportunidade. Há algumas cadeias municipais que já estão ministrando cursos e dando trabalho para os presos. Em Itabirito há uma cadeia que é um exemplo. O Prefeito de lá instituiu um curso para que os presos possam trabalhar. Até aquele mau cheiro da cadeia desapareceu. Lá existe um clima diferente, de progresso e de esperança. Isso não é difícil de ser feito. O que não podemos é deixar o sistema penitenciário como está, porque é impossível um cidadão que tenha juízo e responsabilidade não se sensibilizar com o quadro apresentado pelas penitenciárias brasileiras. Recursos para isso existem. Mas, precisamos de uma administração eficiente e zelosa para que esses recursos não saiam pelo ralo. O dinheiro dá para tudo isso. O Brasil é um dos países mais ricos do mundo. Não era para vivermos nesse clima que está aí. Vivemos nessa situação porque temos administrações perdulárias, uma inflação crônica e taxas de juros elevadas. Tudo isso nos leva a esse clima de desesperança. Minas pode dar o exemplo, independentemente de estar na Presidência da República. Mas Minas tem assento no Conselho da República todo o tempo, e o Brasil espera um exemplo de Minas Gerais.

**O coordenador** - Com a palavra a Sra. Marta Nair Monteiro, ex-Deputada e Presidente da Associação dos Aposentados de Minas Gerais, que dispõe de 2 minutos para fazer as suas perguntas.

**A Sra. Marta Nair Monteiro** - Sr. José Alencar, parabéns pelo seu programa de governo que nos transmite confiança. Quero agradecer à Assembléia e ao Centro de Cronistas Políticos Parlamentares por esta oportunidade. Tenho seis perguntas e gostaria de ouvir as respostas, agora, e também gostaria de recebê-las por escrito, para levá-las à nossa assembléia geral, onde haverá, pelo menos, a participação de 300 aposentados. Primeiramente, gostaríamos de saber a sua posição a respeito das leis federais e estaduais, principalmente sobre o art. 40, § 4º, da Constituição Federal, que trata da paridade entre aposentados e pensionistas da ativa; interesse e defesa dos direitos dos aposentados, na reforma constitucional; resgate do papel do IPSEMG, por meio do repasse imediato das arrecadações dos servidores, pela Secretaria da Fazenda, para o Instituto de Previdência. Consideramos que a retenção dos descontos é um ato ilegal. Com relação à política salarial, reivindicamos que os salários sejam justos, principalmente os dos aposentados e pensionistas e os dos funcionários de escalões inferiores.

**O Sr. José Alencar\*** - Agradeço a participação da Sra. Marta Nair Monteiro.

Responderei a suas perguntas oralmente e também por escrito. Gostaria de fazer o seguinte comentário em relação à retenção de recursos do IPSEMG pela Secretaria da Fazenda: esse problema de complementação de aposentadoria e também o de aposentadorias de dependentes, de viúvas, normalmente obedecem a um cálculo atuarial. Em época de inflação alta, como a em que vivíamos há pouco tempo, a retenção de recursos que não são entregues dentro do prazo mutila o cálculo atuarial e coloca em risco a situação financeira dessas instituições. Isso tem acontecido com o próprio Instituto Nacional de Aposentadoria, o IAPAS, porque os recursos são administrados praticamente em regime de caixa, demonstrando, assim, que as finanças do Brasil vão mal. Outro exemplo que podemos citar é o do Banco Nacional de Habitação, que faliu, quebrou, porque houve um desrespeito também a determinadas regras básicas de aritmética. Os cálculos atuariais são feitos por atuários, especialistas em matemática, e nesses casos de aposentadorias e complementação de aposentadorias, as chamadas previdências privadas, é um perigo mutilar tais cálculos, porque isso coloca em xeque, podendo até mesmo fazer fracassar uma instituição dessas, além de colocar em insegurança todas aquelas pessoas que contribuíram toda uma vida para a existência daquela instituição.

**O coordenador** - A pergunta seguinte será formulada pela Deputada Maria Elvira.

**A Deputada Maria Elvira** - Sr. Presidente dessa Mesa, companheiras e companheiros aqui presentes, colegas Deputados Estaduais, peço licença para usar esta tribuna, que é o lugar, aqui nesta Casa, onde debatemos todos os dias os problemas do nosso Estado. Dr. José Alencar, gostaria de ressaltar como foi importante para o PMDB tê-lo escolhido para nosso candidato a Governador. O PMDB é um partido que tem uma história muito importante, uma história de lutas pela redemocratização do nosso País. Todos os partidos têm alguma coisa para contar, mesmo os mais jovens, que resultam de dissidências ou de problemas internos de outros partidos. Entretanto, o PMDB tem uma história diferente e, que me perdoem os outros partidos, creio que a história mais significativa de lutas pela transição, de lutas por um Brasil melhor foi a história escrita pelo PMDB. Foi com o PMDB que conseguimos eleger o Presidente da República e o Governador do Estado; foi com o PMDB que ganhamos uma nova Constituição neste País, o sonho do Dr. Tancredo Neves; do PMDB saíram elementos que formaram outros partidos. Tais motivos, creio eu, levaram o Dr. José Alencar a escolher o PMDB para sua militância política e, num segundo momento, ter o seu nome escolhido para candidato a Governador. No meu modo de pensar, um candidato a Governador deve preencher algumas condições e possuir características básicas, e essas o senhor tem: a integridade, a honestidade que devem ser o ponto de partida para que um nome seja apresentado à sociedade a fim de ter a simpatia e o voto de todos os eleitores. O senhor é um homem de mãos limpas! Esta é a condição principal para se participar da política brasileira, porque o povo já demonstrou - retirando o ex-Presidente Collor, cassando os "anões do orçamento", cassando os desviadores de subvenções sociais - que deseja um basta, de uma vez por todas, nesta fase da política da vida brasileira! O Dr. José Alencar, companheiros e companheiras, tem uma outra grande qualidade: é um homem que sabe e conhece o valor do trabalho, o valor do dinheiro, pois saiu das camadas mais simples da população e se transformou, hoje, num homem que é sinônimo de sucesso empresarial e sucesso profissional.

**O coordenador** - Peço-lhe, Deputada Maria Elvira, com todo o respeito, que conclua a sua pergunta.

**A Deputada Maria Elvira** - Então, Dr. José Alencar, esse é meu primeiro e mais importante comentário, porque perguntas a sociedade terá mais condições de fazer do que eu, que sou representante da sociedade mineira nesta Casa. Não só representante das mulheres, dos pequenos empresários, dos ambientalistas, mas também, de todos aqueles 18 milhões de mineiros que povoam o nosso Estado. Termino, fazendo, não uma pergunta, mas, principalmente, uma solicitação: que o senhor se lembre sempre, no seu governo - ainda temos 2 meses pela frente - de que a mulher representa mais de 50% da população mineira e da brasileira, constituiu mais da metade do eleitorado deste Estado e deste País. Isto, porque os governos, até agora, não se têm preocupado com as mulheres, a não ser para pedir votos e usá-las como cabos eleitorais. A mulher precisa participar de todas as esferas da sociedade, precisa ser assistida pelos programas de governo, como também seus filhos, que serão os cidadãos de amanhã, precisa ser ouvida e cuidada quando se trata do problema da discriminação e da violência no trabalho e na sociedade. Temos perdido centenas de mulheres, mortas nos viadutos, estupradas, e a sociedade pouco ou nada está fazendo para mudar esse quadro. Não tenho uma pergunta para fazer. Tenho uma solicitação da metade da população brasileira: que o senhor, no Palácio da Liberdade, fique atento para que a Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, se preocupe com as delegacias especializadas contra a violência, porque, nos dias de hoje, pouca ou nenhuma força se dá a esse trabalho das delegacias. Teria muito para falar aqui sobre a mulher, tendo em vista que sou a única representante do meu partido nesta Casa. Somos apenas 4 Deputadas entre 77, mas, se Deus quiser, isso haverá de mudar para que a sociedade

seja, efetivamente, mais democrática, pois democracia não é só votar para Presidente. Democracia são relações sociais que passam pela igualdade de participação e igualdade de direitos. Muito obrigada.

**O coordenador** - Indago ao Dr. José Alencar se gostaria de fazer alguma observação.

**O Sr. José Alencar\*** - Quero dizer que, com relação à mulher, tenho, trabalhando comigo na área da economia, uma mulher extraordinária que se chama Margarida Fontini e que está me ajudando na elaboração do programa de governo. Ela chefia uma equipe de economistas e é uma mulher brilhante. É a maior prova que posso dar de respeito pelo valor da mulher: ter incumbido uma mulher para uma tarefa dessa magnitude, dessa responsabilidade e dessa importância. Tenho também - e a Deputada Maria Elvira sabe perfeitamente - um apreço, um respeito e uma admiração que devotamos a ela como mulher e como líder participativa e inteligente que é.

Fico muito grato seu discurso, quando adota adjetivos altamente lisonjeiros para conosco. Não nos esqueceremos disso jamais.

**O coordenador** - Temos agora uma pergunta do Deputado Geraldo Rezende: "Qual a sua proposta, para viabilizar o Estado no campo empresarial, com relação à questão dos tributos?"

**O Sr. José Alencar\*** - Tenho dito, durante toda a minha vida, da minha preocupação quanto a esse assunto. Fui Presidente da Associação Comercial na Zona da Mata, na cidade de Ubá, fui Diretor, durante muitos anos, da Associação Comercial de Minas Gerais, fui Presidente do Conselho de Política Econômica e Social da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e, depois, Presidente da Federação das Indústrias e, ao longo desse tempo, tenho sido procurado pela imprensa e dado a minha opinião sobre esse assunto. A política tributária mineira, com relação à política tributária dos outros Estados, tem sido míope, imediatista e não tem consultado os interesses do nosso Estado. Temos que adotar uma política tributária desenvolvimentista e que possa promover, naturalmente, o crescimento das indústrias, a geração de empregos e, obviamente, a geração de impostos. Mas não tem sido assim... Minas, historicamente, tem adotado uma política tributária contrária aos interesses do próprio Estado. Recentemente, perdemos a instalação de uma grande fábrica de cerveja do nosso amigo Luís Otávio, que é meu Vice-Presidente na Federação das Indústrias. Ele viabilizou um projeto para o Triângulo de US\$30 milhões de investimentos, muitos empregos e muito ICMS. Num belo dia, ele chega para uma reunião, depois que já tínhamos comemorado a notícia, e comunica-nos que não foi possível a instalação da fábrica de cerveja. Havíamos perdido para Goiás. A fábrica ia ser instalada do outro lado da divisa, no Estado de Goiás. Da mesma forma, estávamos realizando um congresso em Ponte Nova, Zona da Mata, e convidamos o Secretário Melo Reis, nosso amigo, homem de bem, que, nesta ocasião, em sua palestra, informou-nos que o Estado de Minas perdera a instalação de uma grande fábrica de celulose e papel para o Estado do Espírito Santo. Essa fábrica vai consumir florestas mineiras, matéria-prima do nosso Estado, mas gerar ICMS para o Espírito Santo. Isso acontece pelo tratamento diferenciado do ponto de vista fiscal. O que vamos fazer, no mínimo, é dar um tratamento igualitário, do ponto de vista tributário, a Minas Gerais. Não podemos, por exemplo, tirar o sono dos empresários, que, quando importam tecnologia, importam máquinas e são obrigados a pagar 18% de ICMS para a alfândega no cais do porto, quando essas máquinas vieram para gerar ICMS para Minas. Isso já encarece 26% dos investimentos feitos em Minas. Uma fábrica criada em Minas, com equipamentos importados, fica 26% mais cara do que uma fábrica criada em outro Estado, que não cobra esse tipo de imposto. Essa é uma postura que não consulta os interesses do Estado e, não consultando os interesses da economia, está contribuindo para nos afastarmos, cada vez mais, dos objetivos sociais. Assim, no meu governo, isso vai mudar. Podem estar certos.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é de Eloisio Coutinho, e há uma anotação que ele gostaria de fazer oralmente.

**O Sr. Eloisio Coutinho** - Como seria a educação no seu governo? Todos falam que seria prioridade, mas ninguém assume. Com o senhor será diferente?

**O Sr. José Alencar** - A primeira coisa que todo candidato promete é cuidar da educação. "Nosso primeiro compromisso é com a educação" - todos falam isso. Eu digo para você o seguinte: não se faz educação sem dinheiro, não se faz saúde pública sem dinheiro, não se faz habitação popular sem dinheiro, não se constroem estradas sem dinheiro. Então, é muito fácil falarmos dos problemas sociais e até cultivar esses problemas sociais como se eles fossem um canteiro de alface. Podemos citar como exemplo a pobreza, a miséria, a fome. É muito fácil cultivar isso. Agora, o que realmente precisamos é de erradicar a pobreza, erradicar a fome, erradicar a miséria. O mesmo precisamos fazer com a educação, erradicando os problemas que a inviabilizam. Não podemos concordar que um cidadão da classe média não possa educar seus filhos em um País tão rico como o nosso. Esse é um fator de indignação do brasileiro. Mas, na verdade, o que temos que fazer é buscar os recursos suficientes para fazer educação. Buscar os recursos suficientes para remunerar corretamente todo o corpo docente,

todos os professores e professoras do Estado. Precisamos melhorar a qualidade do ensino. Para isso, tem que haver recursos. E, para haver recursos, tem que haver quem saiba administrar, quem traga indústrias para Minas para fazer crescer o PIB. Eu dou um exemplo: os Estados Unidos estão gastando os mesmos 8% do PIB que nós gastamos aqui no Brasil. No entanto, esses 8% do PIB americano significam US\$500 bilhões por ano, ou seja, significam quase US\$2 mil por habitante/ano. Aqui no Brasil nós gastamos US\$200 por habitante/ano. Como se explica isso, se nós estamos gastando os mesmos 8% do PIB, ou seja, do produto interno bruto? A explicação é que o produto interno bruto é pequeno, é baixo, é insuficiente. Então, temos que fazer com que o produto interno bruto cresça. Como? Parando de exportar nossas matérias-primas brutas. Temos que agregar valores a elas. Até mesmo pedras preciosas e semipreciosas são exportadas de Minas para a Bahia a fim de serem lapidadas e exportadas para o exterior por lá. Por que que isso acontece? É o mesmo que ter uma empresa mal administrada, que será uma empresa falida rapidamente, pois não terá meios para pagar direito aos funcionários, não podendo oferecer um serviço de odontologia, não podendo oferecer nada. Assim está o Estado. O Estado está falido. Por que o Estado está falido se o território é tão rico? Por que o Estado está falido, em termos de educação, se o território é tão rico? Porque é preciso que esse território, que uma propriedade de 600.000km<sup>2</sup> e que pertence ao povo, tenha uma gerência capaz de promover o desenvolvimento desse Estado. Promover o desenvolvimento não é fazer crescer apenas a economia. Significa promover o desenvolvimento integrado, que tem o homem como fim. Todas as outras forças que o Estado possui são meios para a consecução de um objetivo, que é o bem comum. E, para que alcancemos o bem comum não podemos deixar de passar, em primeiro lugar, por uma educação correta. Temos que ter essa educação, pois estamos vivendo a era do conhecimento, como ensina Alvin Tofler. A era dos novos materiais, a era da fibra ótica, da mecânica de precisão, da química fina. Então temos que aplicar no homem, desenvolver o homem, para que o Estado seja rico e prospere. E, prosperando, nós possamos aplicar, cada vez mais, na formação do homem, na educação, na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico, na formação profissional. Funciona assim. É quase como um círculo vicioso. Não há serviço correto de educação, porque não há recurso. E não há recurso porque não há uma nação preparada, não há uma população preparada para promover o desenvolvimento. Peter Draft, em sua última obra, ensina que não são mais os fatores clássicos de produção que promovem o desenvolvimento. O que promove o desenvolvimento, hoje, é o conhecimento. Então, temos que aplicar em conhecimento. Agora, é preciso que todos estejam imbuídos nesse propósito, porque ninguém faz nada sozinho. Vamos trabalhar juntos.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é do Diretor da UNE, Nilo, que quer fazê-la pessoalmente.

**O Sr. Nilo** - Mesa da Assembléia; nosso companheiro, Dr. José Alencar, nosso futuro Governador do Estado. Assistimos, na última semana, em São Paulo, ao lançamento do programa de governo do nosso candidato, pelo PMDB, Dr. Orestes Quércia. Foi um dos atos políticos mais representativos, que apontou diversas saídas para a crise que o País enfrenta, tendo o desenvolvimento como a principal saída para o nosso País e apontando os meios para se conseguir esse desenvolvimento. Gostaríamos de saber a opinião do senhor sobre o programa de Orestes Quércia para a Presidência da República.

**O Sr. José Alencar** - Nós, de fato, estivemos em São Paulo, por ocasião do lançamento do programa de governo do Presidente Orestes Quércia. Realmente, foi uma reunião apoteótica esse lançamento, que se fez de forma o mais convincente possível. Não só com relação aos aspectos abordados como também com relação à forma como os recursos serão utilizados e de onde eles virão. De tal forma que impressionou a todos que lá estavam. No momento em que vi aquele programa do Presidente Orestes Quércia, me lembrei daquele programa de metas do Presidente Juscelino, que disse que ia fazer em 5 anos o que o Brasil fez em 50. De fato, o programa prevê um desenvolvimento muito grande para o Brasil, não só na área da agricultura e da pecuária, como também nas áreas da indústria, do comércio, do turismo, do transporte. Prevê a saída para o Pacífico, a aproximação aos países do Extremo Oriente, como uma estrada ligando o Acre ao Peru, saindo pelo Pacífico. Além disso, temos um trabalho muito grande na área do transporte viário e transporte fluvial, as hidrovias, como aquela que Orestes Quércia fez quando Governador - a ligação do rio Tietê com o Paraná e agora com o rio Paranaíba. Fomos visitar, também, em São Simão, o porto, e uma das coisas que vamos fazer em Minas é este porto do nosso lado, para que os grãos do Triângulo possam descer para exportação através da hidrovia, que é um transporte muito econômico. Ele costuma ser um quinto do preço do transporte rodoviário. De maneira que o programa de Orestes Quércia, candidato à Presidência do nosso partido, é um programa que realmente encanta. Ele vai ser mostrado pela televisão, e todos os mineiros o verão. Há umas acusações que estão sendo feitas ao Presidente Orestes Quércia. Isso nos deixa um pouco tristes, porque, como membros do partido, nós não só torcemos como

rezamos para que todas aquelas acusações estejam desprovidas de fundamento, mesmo porque, se não estiverem, não haverá a sua candidatura. Mas, sinceramente, nos lembramos de que Juscelino foi Prefeito de Belo Horizonte, foi Governador de Minas, e contra ele havia muitas acusações, dizendo que praticou muitos roubos como Prefeito e como Governador e que, portanto, não deveria ser candidato a Presidente da República. O Presidente do partido, na época, o Governador Benedito Valadares, não foi favorável à sua candidatura. Mas ele conseguiu ser o candidato do partido e ganhou a eleição. Depois, disseram que ele não tomava posse, houve uma tentativa de golpe, que foi, naturalmente, evitada com a participação de um General mineiro, Gen. Henrique Teixeira. Disseram que ele não governava, e ele governou e foi o maior Presidente da história republicana do Brasil. Depois disso, aprendemos que é muito fácil acusar. Hoje é tempo de acusar, mas, se houver acusações, teremos de provar. Se houver provas contra ele, a primeira pessoa que estará do lado da probidade será este candidato a Governador de Minas. Por outro lado, não posso, de forma alguma, fazer qualquer julgamento precipitado a respeito de Orestes Quércia. O que eu vi, no interior de São Paulo, foram escolas de primeiro mundo, a universidade presente em todo o Estado. Ao olharmos para a nossa universidade, no interior de Minas, ficamos com vergonha. Vimos, também, no interior de São Paulo, estradas e conjuntos habitacionais de primeiro mundo. As obras que existem lá são obras maravilhosas. Em princípio, acredito que ele possa ser o novo Juscelino, o Juscelino do terceiro milênio.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é do Sr. Vanderlei: "O atual problema nosso é a falta de projetos voltados para o bem-estar social, até agora não apresentados pelos nossos atuais representantes políticos. Em seu governo, o senhor pretende criar equipes para a elaboração de projetos voltados para todas as áreas?".

**O Sr. José Alencar** - Sim, claro. Uma das coisas contra as quais tenho me batido é a surpresa de certas medidas tomadas na área médica, à revelia dos médicos. O mesmo acontece em relação aos professores, aos intelectuais, aos profissionais liberais, aos industriais, aos produtores rurais. Trata-se de medidas tomadas sem consulta às bases. Isso não significa que o Governo vá se submeter a determinadas pretensões de um grupo ou de uma pessoa. Mas o Governo precisa ouvir as instituições sérias e as pessoas que estão habilitadas para trazer alguma contribuição, tanto técnica quanto prática. É bom que o Governo seja humilde. Como disse Cervantes, "a humildade é a mais importante de todas as virtudes, tão importante que, sem ela, não há virtude que o seja". Ninguém é dono da verdade. O cidadão tem de ser humilde, tem de compreender que governar é trabalhar em equipe, é ouvir os especialistas em cada área, é estar aparelhado com uma equipe capaz de trazer bons comportamentos, experiência e habilitação profissional. Assim, vamos nos cercar de bons elementos, para a realização de todos os projetos que digam respeito aos altos interesses de Minas Gerais.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é do Sr. Carlos Schneider Guimarães, da Academia Feminina Mineira de Letras: "Gostaria de saber se o candidato tem algum plano para acabar com o problema da violência nas ruas, especialmente o da delinqüência infantil, ou para amenizá-lo".

**O Sr. José Alencar** - Isso tudo é conseqüência da miséria na qual o Brasil está vivendo, conseqüência da pobreza que temos de erradicar. O brasileiro precisa deixar de ficar constrangido ao falar da prosperidade. Temos de aprender a aplaudir a prosperidade, não como um fim, mas como um meio para resolver todos estes problemas - a delinqüência, o menor abandonado, as casas sem segurança, sem água tratada, sem esgotos sanitários, os esgotos a céu aberto, as doenças endêmicas. Tudo isso é a miséria. Só o desenvolvimento pode nos tirar disso, só com o progresso sairemos daí. Temos de acreditar nisso. Não podemos nos conformar com a pobreza ou nos revoltar com a riqueza. O que temos de fazer é acabar com a impunidade no Brasil. É preciso punir os que se locupletaram com os recursos públicos, à custa do povo, assumindo comportamentos equivocados e corruptos. Aqueles que se enriqueceram e deixaram a empresa falida também precisam ser punidos. No Brasil, há muitos empresários ricos com a empresa pobre. E empresa pobre significa desemprego; mas o empresário está rico. Isso não pode continuar. Não podemos aceitar este quadro que aí está, quadro de impunidade, porque é em virtude da impunidade que nós, às vezes, ficamos constrangidos em defender a prosperidade. Temos de acabar com a impunidade para que, quando estivermos homenageando alguém, pelo fato de ser um vitorioso na vida empresarial ou na intelectual, profissional, seja ela qual for, saibamos que estaremos homenageando alguém que auferiu aquela condição através de um comportamento ilibado, sério e honesto. Então, meus amigos, é preciso que aprendamos a aplaudir a prosperidade nacional, sem o que não sairemos destas dificuldades que aí estão. É utopia pensar assim. Temos de ter coragem para abordar o problema. Uma família precisa crescer e, para crescer, precisa investir em seus filhos para que sejam bons profissionais. No Japão, fala-se que o país é competitivo porque as pessoas são competitivas. O país é competitivo quando as pessoas são competitivas. Sem ser competitivo, o país não pode vencer esse mercado global que aí está. Abrem-se as

fronteiras, e entram produtos de outros países mais baratos que os produtos fabricados no país de origem. Resultado: agrava-se o problema daquele país, porque agravará o problema do desemprego. Então, as coisas são simples, claras. Devemos conversar sempre. Devemos mudar a nossa mentalidade, buscar a conscientização, para que Minas seja um Estado consciente de suas riquezas, que deverão ser transformadas em benefícios para a população. É disso que nós precisamos. Temos de pedir ao povo do vale do Jequitinhonha que não fale apenas na pobreza do seu vale. Precisam falar das oportunidades de investimentos que o vale oferece. Somente assim erradicaremos a pobreza do vale do Jequitinhonha. Pregando a pobreza, estaremos afugentando o progresso. Ninguém montará uma fábrica onde os próprios donos, os que lá nasceram dizem: "Ah! lá não tem jeito, não. Aquilo lá é muito pobre, é muito quente. Lá não tem água, não chove..." Vamos falar das riquezas. Lá existem pedras semipreciosas, coradas. O clima do vale do Jequitinhonha é apropriado para o desenvolvimento da pecuária de corte. Precisamos levar progresso.

**O Sr. Presidente (Deputado José Renato)** - Esta Presidência registra a presença entre nós do candidato ao Senado, pelo PMDB, Deputado Federal Tarcísio Delgado. Convidamo-lo para participar da nossa Mesa.

**O coordenador** - Esta coordenadoria deseja fazer uma observação. Embora tenha tomado caráter especial para o debate com o Dr. José Alencar, esta é uma reunião ordinária da Assembléia Legislativa, portanto tem suas regras. E uma delas é o seu encerramento às 18h15min. Tenho, ainda, mais de duas dezenas de perguntas. Vou prosseguir, respeitando a ordem e, chegando ao tempo final, se não conseguirmos responder a todas, eu as entregarei à assessoria do candidato que, certamente, dará a elas a atenção que puder. A pergunta é do Sr. Gilberto Pessoa: "Consta que muitas indústrias programadas para se instalar em Minas têm optado por se instalar em outros Estados, em virtude de tratamento fiscal diferenciado. O que o senhor pensa a respeito?"

**O Sr. José Alencar\*** - Esta resposta foi dada antecipadamente. Não sei se o Sr. Gilberto Pessoa está na Casa, mas pode ser que eletenha formulado a pergunta antes de eu a ter respondido. Como há muitas perguntas, prefiro passar para outra.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é de Felipe de Moraes Russo: "Existe algum plano para o menor abandonado?"

**O Sr. José Alencar\*** - Sou fundador da Fundação CDL de Amparo ao Menor. Nós a fundamos porque achamos que aquela entidade precisava participar dos esforços para amenizar o problema do menor abandonado em Belo Horizonte. Fui Presidente e sou Presidente do seu Conselho de Administração desde a sua fundação. Conheço os problemas do menor, pois presidia todas as assembléias e reuniões semanais e mensais. O problema do menor abandonado é aquele que já abordamos. Famílias e mais famílias vêm do interior e pensam que vão encontrar trabalho, vão viver melhor em Belo Horizonte. Vão viver, às vezes, em barracos, em bairros distantes, e, quando os chefes de família arranjam empregos, têm de tomar duas ou três conduções para chegar ao local do trabalho. Daí a pouco, a mulher, com o filho menor no colo, está pedindo esmolas na rua. Em pouco tempo, estão perdendo o barraco, porque o senhorio não pratica despejo através da Justiça, mas, sim, com a ajuda da coronha de um revólver de calibre 45 ou 38, batendo à porta do barraco e dando 24 horas para a família sair. Vão, então, para debaixo de um viaduto ou de uma marquise e, assim, os meninos estão na rua, tornando-se menores abandonados. É a pobreza que ronda e cresce nas grandes metrópoles. Já houve um papa, se não me engano o Papa João XXIII, que comparou a periferia das grandes metrópoles a uma coroa de espinhos. Precisamos tratar disso urgentemente. Há terrenos e mais terrenos ociosos, nas saídas das grandes cidades - Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo. Há muitos sem-casas. Quem quiser saber a minha posição e determinação a respeito dos sem-casas e a respeito do problema de geração de oportunidades e empregos, aqui na Capital, está convidado a ir, no dia 7, ao Minascentro, a uma reunião com os sem-casas, a convite do Padre Pitti, onde poderá ver o programa que ele apresenta, a ser realizado no meu governo. Vou assinar a declaração dos sem-casas.

**O coordenador** - A propósito do tema a que o senhor se referiu agora, há duas perguntas com ele relacionadas. Primeiro a do Sr. Ronaldo, coordenador da FAMOB, depois a da Presidente da Associação Feminina São Silvestre. A primeira é a seguinte: "Belo Horizonte tornou-se a capital dos acampamentos; são milhares de famílias que vivem com crianças debaixo de lonas, morrendo de doenças, de frio e de fome. O Governo do Estado não faz nada e a Prefeitura só faz demagogia. O que podemos esperar do senhor na questão da moradia popular?". A outra é a seguinte: "Desejo saber se será possível dar continuidade às doações de casas para as famílias carentes, ou vender casas para elas, mesmo tendo renda precária por determinado tempo, por uma porcentagem pequena, para que possam ter suas moradias."

**O Sr. José Alencar\*** - A primeira resposta é parte disso aí. O problema dos sem-casas é terrível. Uma autoridade em Minas já disse que não se podia fazer casa popular aqui, porque isso significaria atrair mais pessoas sem casa para Belo Horizonte. Acho que essa é uma forma muito estranha de fugir do problema. O que nós vamos fazer é o

seguinte: vamos fazer núcleos residenciais e núcleos industriais, sendo estes relativamente próximos dos núcleos residenciais. Por exemplo: vamos reunir as centenas, provavelmente milhares de pequenas indústrias localizadas em lugares inadequados numa cidade como Belo Horizonte. Que indústrias são essas? São indústrias de roupas, indústrias de calçados, indústrias de móveis, pequenas indústrias que não poluem. Essas indústrias terão um distrito industrial à sua disposição, numa região próxima a Belo Horizonte. E esse distrito industrial estará estrategicamente situado ao lado de um núcleo residencial. Esse núcleo residencial será feito com terrenos em torno de 300m<sup>2</sup>, com infra-estrutura de saneamento básico de água e esgoto e com um projeto piloto, um projeto padrão, econômico, que será entregue para as famílias com detalhes de execução. E o próprio Movimento dos Sem-casa - esse é um assunto que iremos tratar no dia 7, estou antecipando para vocês - vai, através dessa instituição, administrar esse trabalho. O cidadão é que vai fazer sua casa. Todo mundo vai ajudar, mas ele é que vai fazer sua casa. Nós temos, por exemplo, uma experiência no SENAI, de formação até da mulher pedreira. Já está se formando agora, parece-me, a primeira turma, de 30 profissionais que sabem construir uma casa. Portanto, além do homem, também a mulher está aprendendo, com a ajuda do SENAI. Assim, elas vão construir. Construir como? Construir de forma modular. Elas poderão fazer um cômodo, depois outro cômodo, mas tudo dentro de um programa preestabelecido e com a locação da casa no terreno predeterminado: isto aqui é área para horta, isto aqui é área para quintal, etc. Será um trabalho orientado. Esse projeto será objeto de aprovação nossa, oficial, no dia 7. Esse projeto não é meu. É de uma instituição chamada Cem casa (cem com "c", e não com "s", não sei por quê). O certo é que vamos aprovar e assinar esse projeto, porque ele é absolutamente prioritário no campo social e é exequível do ponto de vista econômico. Não adianta nada sonhar. Vamos assinar um projeto que pode ser feito e vai ser feito. E começa aqui, em Minas, o exemplo para a solução dos problemas do menor abandonado, do pedinte, do menino de rua... E os problemas começam a ser solucionados nabase, de forma clara e definitiva. Não podemos exigir que um cidadão saia da favela para ir morar em um conjunto habitacional distante e comprar uma casa por preço que não pode ser pago, mesmo porque, quando ele mora na favela, mora perto de onde trabalha. Nós temos que compreender isso e criar condições para que o cidadão opte por uma residência dessas. Isso não é difícil, é fácil. Esse é um problema que deve ser resolvido por um governo próximo das entidades que estão próximas dessa gente, porque essa gente tem alguém muito próximo delas: os vicentinos, várias entidades filantrópicas sérias, como a Associação dos Sem-Casa, que conhece o problema de perto. Então vamos ajudar nisso para valer.

**O coordenador** - Quero informar que o tema abordado pelo Dr. José Alencar está referido em várias perguntas que virão a seguir, de forma que, se não conseguirmos chegar a elas, pelo menos uma referência já terá sido feita nessa resposta. A pergunta seguinte é de Hamilton Dias de Moura, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Belo Horizonte e região, da Federação de Rodoviários de Minas Gerais e também Presidente da Central Geral dos Trabalhadores - CGT. Ele pergunta: "A participação dos salários na renda nacional só tem caído. Sem mercado interno, nenhuma economia se desenvolve. O senhor está de acordo com o salário mínimo de R\$65,00?"

**O Sr. José Alencar\*** - Não, não estou de acordo. Meus amigos, muita gente se engana ao pensar que os industriários são a favor do achatamento salarial. É claro que não são. Os industriários desejam que o mercado interno seja forte. E não pode haver mercado interno forte com salário mínimo de sessenta e poucos reais por mês, por razões óbvias: não dá para a pessoa viver, não dá para a pessoa consumir o essencialíssimo.

Aqui, no Brasil, tem-se achatado o consumo também pelas taxas de juros, a chamada política monetária, isto é, taxas de juros elevadas para reduzir o consumo, achatando o consumo. Isto porque a escola monetária da economia mundial recomenda política monetária de taxas de juros altas para combater a inflação. Só que não se aplica a inflação como a nossa nem a taxas de juros como as nossas. Por exemplo, nos Estados Unidos, as taxas de juros são reguladas pela taxa interbancária de Nova Iorque, que é a "prime rate". Essa taxa gira em torno de 5% a 5,5%, no momento, ao ano. Então, se houver uma ameaça de inflação lá, inflação crescente que passe de 2,5% ao ano e esteja apontando para 3% a 3,5% ao ano, adota-se uma política monetária, ou seja, elevam-se as taxas. Em quanto? Meio ponto percentual ao ano; passa-se de 5,5% para 6%, de 6% para 6,5%, de 6,5% para 7% ao ano. Isso não significa aumento de custo porque 0,5% ou 1% ao ano do aumento do custo não é nada no custo dos produtos. No Brasil, não. Aqui, adota-se uma taxa que é pelo menos 12 vezes maior do que as taxas aplicadas nos países chamados desenvolvidos. Portanto, essas taxas de juros criadas aqui para achatando o consumo acabam provocando um aumento dos custos sem achatando o consumo. Não se pode achatando o consumo de quem não consome. Um cidadão que ganha R\$64,00 por mês praticamente não consome. Ele não é um consumidor, não pode ser



considerado consumidor em nenhuma parte do mundo. Na verdade, ele é um pobre coitado. Sendo assim, somos contra isso. E ser contra isso não significa dizer que podemos chegar ao Governo e duplicar ou triplicar os salários. Não é isso não. Para que esses salários cresçam é preciso que haja - como já falei desde o primeiro momento - crescimento da economia. Estejam certos: esta é minha especialidade. Para mim, isso é simples.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é de Henrique Reis, da Consultoria da Assembléia Legislativa: "Como empresário, o senhor implantou duas importantes indústrias na cidade de Montes Claros, beneficiando-se dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal para projetos industriais implantados na área mineira da SUDENE. Se eleito Governador, que medidas concretas de política industrial o senhor pretende introduzir para ampliação dos investimentos no Estado?"

**O Sr. José Alencar\*** - Naquele tempo, eram 42 os municípios da área mineira da SUDENE. Hoje, são 51 os municípios contemplados pela SUDENE. O que é a SUDENE? É uma agência de desenvolvimento para atender a uma região carente, pobre, o "Polígono das Secas" de Minas Gerais. Ela foi criada por Juscelino e incluiu esses 42 municípios, na época, com 120 mil km<sup>2</sup> e, atualmente, com 1.500.000 habitantes. Outros nove Estados brasileiros estão também na área da SUDENE: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos esses mais o Norte de Minas completam dez territórios que estão sob a égide da SUDENE. Os nossos projetos foram atendidos pela SUDENE, não só com recursos do FINOR, mas também com incentivos fiscais ligados à isenção ou redução de imposto de renda a pagar. Esses projetos nossos são considerados pela SUDENE os mais vitoriosos do Brasil.

Houve um momento em que uma fábrica de tecidos em Natal, no Rio Grande do Norte, feita uma das mais modernas do mundo pelo Gen. Albuquerque Lima, pelo José Aluísio Moreira de Souza e pelo Aluísio Alves, feita sob a orientação do Instituto Gersen, da Suíça, que é o mais avançado instituto de tecnologia têxtil, ficou paralisada por um ano, com 940 empregados sem receber nada e sem a mínima condição de prover o sustento dos filhos. Fui então chamado por um fornecedor de fibra dessa firma, que era também fornecedor nosso, visitei a fábrica, comprei seu controle acionário e levei para Natal dez famílias: um engenheiro civil, um engenheiro mecânico, um engenheiro elétrico, um advogado, um contador e cinco técnicos têxteis de nível médio. Fizemos um novo organograma e ocupamos a cabeça daquele organograma com esses nossos técnicos. Expliquei a eles que precisávamos implantar um sistema de trabalho nosso para que aquela fábrica fosse para frente. Isso aconteceu há dez anos. No ano passado, ela foi classificada, pela revista "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas, como a 130ª empresa entre as 500 maiores do Brasil. Agora, há aproximadamente 15 dias, recebi uma carta do Presidente da Fundação Getúlio Vargas dizendo-me que, das 500 maiores empresas do Brasil, 12 são consideradas de excelência empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Pois bem, uma dessas 12 empresas é aquela fábrica de Natal, que estivera parada por 1 ano.

**O coordenador** - Pergunta feita por Alexandre Queirós, membro da Consultoria da Assembléia Legislativa: "Baseado no propósito de simplificar a vida do contribuinte e na experiência de V. Sa. junto à FIEMG, quais seriam suas sugestões para a implantação e execução de uma reforma fiscal no âmbito estadual?"

**O Sr. José Alencar\*** - Antes de responder a essa pergunta, vou concluir a pergunta anterior. Em Minas, em primeiro lugar, nós vamos fazer com que a região mineira da SUDENE seja tratada da mesma forma como são tratados os demais Estados por seus Governadores. Na realidade, é um instrumento de progresso que poderá matar a fome de milhares de mineiros que estão naquela região. O próprio Projeto Jaíba, que visitei há cerca de 15 dias, está paralisado há praticamente 20 anos, desde que ele foi feito. A infra-estrutura está pronta para 100.000ha irrigados; foram gastos todos os recursos, e apenas 3.000ha estão irrigados. Uma área que poderia acolher e assentar 300 mil pessoas com mais umas 200 mil na área de agroindústria e núcleos residenciais está com apenas 3% realizados. Temos que criar condições de incentivos, não iguais aos incentivos da SUDENE, mas incentivos fiscais não setoriais e regionais, para atender a outras regiões, segundo características de cada uma delas. Em segundo lugar, temos que promover o desenvolvimento de leite e café no Sul de Minas, que tem vocação natural para isso. Promover o trabalho com pedras preciosas e semipreciosas no vale do Mucuri, no vale do São Mateus, no vale do Rio Doce, no vale do Jequitinhonha, onde há pedras. Há pouco tempo, em Araçuaí, estive em contato com alguns produtores de pedras coradas, e eles me disseram que as pedras não são lapidadas em Araçuaí. Elas vão brutas para a Bahia, onde recebem a lapidação e saem para o exterior. É uma pena, porque há uma enorme quantidade de jovens que poderiam estar aprendendo o ofício nobre de lapidador, ganhando dinheiro e enriquecendo aquele vale, que é rico pela força da própria natureza. Todos conhecem a história da Chica da Silva. Todos sabem do apreço com que os portugueses tratavam as minas de diamante do vale do Jequitinhonha. Pode não haver mais diamantes naquela proporção em Diamantina, mas há muita pedra corada e muita pedra de valor ao longo do vale do

Jequitinhonha, que nós conhecemos praticamente de ponta a ponta. É preciso que as características próprias de cada região sejam transformadas em fator de desenvolvimento, através da aplicação de incentivos fiscais e creditícios. Isso o Estado pode fazer e, fazendo, irá fazer crescer a arrecadação, ao invés de fazê-la diminuir. Agora, com relação à vida do contribuinte, é claro que precisamos simplificá-la. O Estado de Minas pode dar uma grande contribuição à reforma tributária, que será objeto de emenda constitucional. Nessa reforma tributária há vários projetos nossos. Trouxemos o Professor Ives Gandra, que fez várias palestras na Federação das Indústrias, e achamos que ele é realmente uma autoridade no assunto e poderá trazer uma grande contribuição para simplificar a vida do contribuinte, fazer crescer a arrecadação e desburocratizar a atividade empresarial. Então, vamos tentar levar a influência de Minas para a adoção de um projeto daquela importância, obviamente, com a participação de outros grandes tributaristas e de pessoas que estão familiarizadas com o assunto. Nosso projeto reduz, me parece, que a apenas 5 impostos os 58 existentes.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é de Delfim Mota, Presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Minas Gerais - SINDINVEST: "Dr. José Alencar, os índices de pesquisa, segundo seus amigos e assessores, não estão traduzindo as manifestações de apoio recebidas em cidades do interior e na Capital. O senhor tem uma explicação para isso?".

**O Sr. José Alencar** - As pesquisas, quando são realizadas distantes da data da eleição, não digo que estejam erradas, mas distorcem, às vezes, os valores. Sabemos da história recente de São Paulo, onde o atual Governador do Estado, Dr. Fleury, estava com 2% dos votos nas pesquisas 60 dias antes das eleições. O Dr. Mário Covas estava com 50%. Não havia a menor dúvida de que o Dr. Mário Covas estava eleito Governador de São Paulo. Pois bem, o Dr. Fleury ganhou as eleições, e o Dr. Mário Covas continua com 50%. Hoje, ele tem 50% da preferência de voto nas pesquisas para as próximas eleições. É claro que nós respeitamos os institutos de pesquisa. Achamos que eles são absolutamente idôneos e capazes. Temos que ter, também, um mínimo de humildade e é por isso que estamos trabalhando muito para reverter o quadro. E vamos revertê-lo, porque nossa mensagem está sintonizada com aquilo que a sociedade, hoje, deseja. Por exemplo, as chamadas pesquisas qualitativas mostram que a sociedade, em mais de 75%, 2/3, exige um governante novo na política - é o meu caso, parece que foi feito para mim - e que tenha experiência administrativa. Fico até com vergonha de dizer quantos anos tenho de experiência. Até os diminuo um pouco, porque fico escandalizado com todo o tempo de experiência que tenho. Terceira característica: ser maduro. Estou com 62 anos. Fico até constrangido por estar começando minha vida pública aos 62 anos de idade. Você que é médico, Dálmton, e é nosso companheiro, pode estar certo, e todos podem estar certos, de que estou com a vitalidade dos 30 anos, porque estou motivado.

**O coordenador** - A pergunta seguinte, coincidentemente, é do ex-Deputado Dálmton Canabrava: "Os outros candidatos, à exceção do PT, mascaram a sua filiação partidária em siglas complexas, sem significação e sem tradição. Por que o senhor faz questão de realçar que é candidato de um só partido, o PMDB? O senhor já mudou muito de partido? O senhor acha que por ser novo e sem grande tradição na política será prejudicado no julgamento popular?".

**O Sr. José Alencar** - São muitas perguntas. É a primeira vez na minha vida que faço uma filiação partidária efetiva. Toda a vida fui político como todo cidadão é, ou seja, eleitor. Na realidade, incursão na vida política para valer, é essa a primeira vez. Por gentileza, poderia me passar a pergunta? Aqui o ex-Deputado Dálmton Canabrava diz: "Os outros candidatos mascaram sua filiação partidária com siglas complexas, sem significação e sem tradição. Por que o senhor faz questão de realçar que é candidato de um só partido, o PMDB?". Bom, muitos quiseram fazer composição conosco. Eu entendo, e falei com todos eles, que uma coligação deve ter à mesa de negociação apenas um objetivo: os elevados objetivos do Estado. No momento em que se sentam em torno de uma mesa para lotear o Estado, quando dizem: "eu fico com isso, nós ficamos com aquilo", tudo isso iria me tirar a liberdade para fazer um governo da forma que desejo. Tenho que ter a liberdade para governar em benefício do povo. Isso não significa que o PMDB esteja sozinho. O PMDB está com o povo. Temos recebido manifestações de apreço e adesões de homens de bem de vários partidos. Ontem, pela manhã, o Deputado Avelino Costa, que é de outro partido, lá de Rio Branco, meu vizinho lá de Ubá, quis me dar seu apoio. Também em Montes Claros um candidato de outro partido, chamado Carlos Pimenta, quer trabalhar ao nosso lado. Outro dia, numa reunião com o candidato a Senador, Tarcísio Delgado, em Juiz de Fora, com mais de mil pessoas e várias lideranças, pediu a palavra um jovem chamado Renato Mendonça, Presidente do PL de Juiz de Fora, uma metrópole, candidato a Deputado Estadual pelo PL, para dizer que fez uma reunião com os militantes, diretório e partidários do PL na região e todos exigiram que o PL ficasse conosco na Zona da Mata. Obviamente, o Presidente do PL mineiro o liberou. Por isso ele estava naquele microfone para dizer

que o candidato a Governador dele era José Alencar Gomes da Silva e o candidato a Senador era Tarcísio Delgado. Ele foi aplaudido de pé. O Tarcísio está me informando que ele está pintando os muros de Belo Horizonte com o nosso nome. É um rapaz de bem; você precisa conhecê-lo. E assim está acontecendo em toda a parte. Eu não sei ao certo, porque estou viajando muito, mas parece que, há poucos dias em Uberaba, o Deputado Federal Cartafina, que também é médico, levou seu apoio ao nosso nome. Aqui, neste Plenário, há um Deputado do PPR que está nos esperando e quer conversar conosco. E assim tem sido. Posso contar para vocês que, em Varginha, uma das grandes cidades do Brasil, o Prefeito Aloísio Ribeiro, que não é do nosso partido, está conosco. Já subiu em palanque e proferiu discurso a nosso favor. Temos visto que os homens de bem estão querendo atender ao sentimento da sociedade e viram que a nossa mensagem está melhor sintonizada com esse sentimento. É por isso, meus amigos, que vamos ganhar estas eleições. Chegaremos ao 2º turno, certamente. Aí vai começar tudo de novo e "a onça vai beber água". Vamos, então, mostrar a vitória daquele menino da Zona da Mata, de família humilde, 11º filho de uma família de 15, que saiu de casa aos 14 anos para trabalhar como empregado e viabilizou seu orçamento, ficou independente aos 14 anos, não dependeu mais de ninguém na vida para crescer, nunca atrasou um dia sequer o pagamento de seus impostos federais, estaduais e municipais. São 44 anos de vida empresarial, sem nunca ter participado de cartel ou oligopólio e sem nunca ter vendido nada para o Estado. Então, é esse menino que - graças a Deus - tem uma vida montada na hombridade, na lisura, no trabalho, na competência, na seriedade e na dedicação que vai chegar para dar um jeito de melhorar um pouco a vida dos mineiros. E vamos melhorar, se Deus quiser.

**O coordenador** - A pergunta seguinte é do Sr. Osmir Venuto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belo Horizonte. Indago ao senhor se deseja fazer a pergunta pessoalmente.

**O Sr. Osmir Venuto** - Sim, senhor coordenador. Primeiramente, gostaria de falar da preocupação que temos, como trabalhadores da construção civil. Como todos sabem, quando há um plano econômico, ele bate primeiro sobre os operários da construção civil. Num universo de 150 mil trabalhadores em nossa região, 80% estão desempregados. A gente vê milhares de trabalhadores que não encontram meios de trabalhar no interior e vêm para a metrópole. E aqui, o que encontram é o setor da construção civil. Com esta recessão, esses trabalhadores ficam debaixo do viaduto ou, então, vão morar na periferia ou nas favelas. A minha pergunta é se haverá um incentivo do futuro Governador para que o homem do campo não venha para a cidade. E, também, para que esse homem, que está desperdiçado em Belo Horizonte, possa retornar ao campo, estancando, ainda, a vinda de outras pessoas para a Capital. A minha questão é esta: um incentivo para que esse homem fique no interior.

**O Sr. José Alencar** - Você sabe, Osmir, que temos que respeitar o direito de ir e vir das pessoas. É um direito sagrado. Não podemos exigir que as pessoas não saiam do interior. Mas, da forma como você faz, a colocação é correta. É preciso incentivar as pessoas a se realizarem onde desejarem. Posso te garantir que as pessoas desejam se realizar onde nasceram, até mesmo pelo sentimento telúrico. As pessoas gostam da sua terra e gostariam que tivesse oportunidade lá para os filhos. É por isso que saem. Hoje, já estão compreendendo que as grandes capitais, as metrópoles não mais oferecem as condições de vida que ofereciam no passado, e a tendência natural é diminuir esse fluxo, na medida em que houver, no interior, condições para que as pessoas se realizem. Isso nós vamos procurar fazer. Com relação ao problema da recessão, uma das minhas lutas durante toda a vida, tenho a dizer que ela é a grande responsável pelo desemprego e faz com que exista esse número brutal de menores abandonados, de crianças de rua, de mendigos, não só aqui como em todas as grandes capitais. Isso acontece em São Paulo, na Avenida Paulista, na Avenida Ipiranga, na Avenida São João, assim como aqui, na Avenida Afonso Pena, na Rua da Bahia, na Savassi. Vemos o grande número de crianças que estão nas ruas. Esse quadro precisa mudar e, para tanto, temos que promover o desenvolvimento. Minas Gerais não tem responsabilidade direta pela inflação e, portanto, pela recessão, mas tem uma responsabilidade como Estado que é, símbolo da síntese nacional. Digo, inclusive, que o Brasil inteiro espera por Minas. Existe uma grande força no passado histórico de Minas: figuras como Arthur Bernardes, Milton Campos, Juscelino e o próprio Tancredo. São homens que levaram à vida pública um exemplo de comportamento e, portanto, ajudaram a construir uma imagem rica de Minas Gerais. O Brasil espera por um exemplo de Minas, a voz de Minas será ouvida. Quando alguém fala que Minas está ausente da vida nacional, nós nos perguntamos qual a forma de Minas estar presente. Minas, para estar presente, precisa de alguém que saiba das coisas, que fale e possa ser ouvido por todos os que assim o desejarem. As pessoas que não têm o que dizer não podem oferecer a Minas aquele lugar que sempre lhe coube. Essa a razão pela qual necessitamos de assessores, no governo, para nos ajudarem, a fim de que nossa linguagem seja correta e bata certo para chegar aos elevados Conselhos da República, promovendo mudanças. Minas é síntese nacional; o mineiro é mais brasileiro que os outros. Nós, quando vamos ao Nordeste e nos

encantamos com suas praias, estamos encantados com uma coisa nossa, como brasileiros que somos. Nós, quando chegamos ao Rio, ficamos admirados com suas belezas naturais, entendendo que aquelas belezas são nossas, como brasileiros que somos. Nós nos orgulhamos da pujança de São Paulo, como coisa nossa. Daí a razão pela qual nós temos voz, temos força. Os demais Estados respeitam Minas porque Minas não é contra os outros Estados. O próprio Juscelino deu o exemplo, aceitando que a indústria automobilística se instalasse em São Paulo fazendo progredir industrialmente aquele Estado, quando o lugar correto para sua instalação era Minas Gerais, porque aqui encontra-se a produção de aço, aqui já se encontravam, naquela altura, as potencialidades hidráulicas do Rio Grande, hoje transformadas em energia elétrica, quase de ponta a ponta, em várias usinas. Aqui já havia Três Marias, aqui encontrava-se a única usina de aço especial do Brasil, a ACESITA. Aqui deveria instalar-se a indústria automobilística. Mas, naquele tempo, não era o ICMS, era o Imposto de Rendas e Consignações que predominava, razão pela qual a indústria instalou-se em São Paulo. Essa mentalidade imediatista, fiscalista, atrapalhou Minas historicamente. E, prova de que aqui era o lugar ideal para a instalação da indústria automobilística, é o sucesso da FIAT, que oferece índices elevadíssimos de produtividade e grande crescimento. O operário mineiro é melhor, porque gosta da fábrica, considerando-a como sua família. Desde que assumi a Federação, nunca houve greve, nem nas siderúrgicas, nem na FIAT, porque todos sabem que abri as portas da Federação, estabelecendo o diálogo de igual para igual com as lideranças trabalhistas de Minas.

**O coordenador** - Quero informar que a resposta do Dr. Alencar satisfaz, em parte, à pergunta formulada pelo Marcílio e pelo Sérgio, diretores do SINTAPPI e representantes dos presidentes de associações de empregados da EPAMIG. Eles indagam especificamente qual o tratamento que o senhor daria à pesquisa agropecuária.

**O Sr. José Alencar** - Já falei sobre a EMBRAPA. Vou dar um exemplo. Temos, no Norte de Minas e no Triângulo, regiões apropriadas para a cotonicultura, por várias razões como luminosidade, terras, etc. Mas, como chove pouco no Norte de Minas, isso pode ser uma vantagem, desde que haja irrigação. O algodão irrigado do Norte de Minas alcança os melhores índices de qualidade do mundo. Sou consumidor de algodão e sei desse fato. Há alguns projetos que utilizaram a irrigação no Norte de Minas e se dedicaram à cotonicultura. Obtiveram bons resultados, mas, os especialistas da EMBRAPA e do Instituto Internacional do Algodão, que estiveram conosco no Centro das Indústrias Químicas e Têxteis do Rio de Janeiro, disseram o seguinte: "o que falta no Brasil é o desenvolvimento de sementes apropriadas para o Nordeste e Norte de Minas na área da cotonicultura". Por quê? Porque foi desenvolvida uma semente no Instituto Agrônomo de Campinas que prevaleceu por muito tempo. Trata-se da IAC nº 17 do Instituto Agrônomo de Campinas e foi desenvolvida para a cotonicultura do Paraná e de São Paulo. Essa semente do IAC nº 17 foi adquirida por alguns cotonicultores do Norte de Minas. Ela tinha algum resultado para o algodão. Mas o certo é a idéia que a EMBRAPA defende: desenvolver uma semente adequada à região climática do Norte de Minas. Depois da IAC nº 17 veio uma outra semente superior a essa: a IAC nº 20 que, hoje, está sendo utilizada pelos cotonicultores do Paraná e de São Paulo. Essa é excelente para aquela região, mas não para o Norte de Minas. No entanto, ela é usada no Norte de Minas. A grande verdade é que naquela cotonicultura à base de caroço de algodão a produtividade é ridícula. No Norte de Minas essa produtividade é de 400kg/ha/ano, quando nós obtemos 2.500kg/ha/ano em áreas irrigadas e ainda poderíamos obter 3.500kg/ha/ano, com qualidade superior, se desenvolvêssemos uma semente adequada ao clima e às condições da área irrigada, à luminosidade e a outras características que são encontradas no Nordeste e no Norte de Minas e que se assemelham, até mesmo, às condições do Egito, onde se colhe o melhor algodão do mundo. Portanto, precisamos dar melhores condições para que haja pesquisa e se desenvolva a tecnologia na área da cotonicultura. Temos instrumentos para isso. Mas é necessário que se respeitem esses instrumentos. Um deles é a EMBRAPA, que poderia propiciar também condições especiais para a EMATER, que é a continuadora da ACAR. Admiro muito a EMATER, porque participei do Grupo 4S da ACAR, quando era jovem, no interior da Zona da Mata. Inclusive, já inaugurei muitas latrinas na roça, porque eles não as tinham. Fazíamos as fossas sépticas. O Presidente José do Carmo, da ACAR, na época, também trabalhou muito por aquele povo. Participei, também, de várias reuniões de formatura de parteiras leigas. Isso tudo era trabalho da ACAR, dos extensionistas da ACAR. Ensinávamos, também, o homem da roça a usar o filtro. Ele não usa filtro: toma qualquer água; ele contribui para a poluição de todas as águas a jusante e recebe das águas a montante a poluição que absorve. É uma questão de dar força a essas instituições, para que se possa levar ao interior alguma orientação. No campo da pesquisa, no campo da ciência, na área rural, temos muito o que fazer. O Brasil é muito rico e precisa aproveitar melhor sua potencialidade agrícola. Para isso, tem que respeitar e motivar as instituições. Tem que haver o exemplo das lideranças. O Governo não pode se refestelar no Palácio da Liberdade e abandonar todas essas instituições. Na empresa também é assim: se você abandona um determinado

departamento, ele morre, porque todo departamento precisa de motivação. Até o TQC - Total Quality Control - que hoje dominou todas as indústrias no mundo, diz: "Primeiro, ouvir o cidadão". Ele pode ser o homem da faxina, mas pode sugerir melhoramentos. O que se está vendo no Brasil? Os institutos estatais estão indo à falência, porque há, realmente, um abandono total. Eles se desmotivam. Daí a razão pela qual as pessoas falam que as coisas no setor público não dão certo e que temos de privatizar todos os institutos estaduais. Temos, de um lado, o fracasso da experiência socialista de 70 anos e, de outro lado, em outro extremo, os neoliberais. Não podemos apoiar também os neoliberais, porque não é com os extremos e com o radicalismo que vamos solucionar os problemas. Temos, pois, de apoiar esses departamentos e fazer com que se recuperem. Para isso, é preciso que haja trabalho e muita dedicação.

**O coordenador** - Dentro da nossa previsão, não vamos conseguir fazer todas as perguntas. As perguntas de Patrícia Ferraz, Gilberto Araújo, Edna Bastos, Antônio Carlos Mazili, Lúcia Coelho, em nome de Antônio Martins de Souza, de Raquel Scarlateli, Antônio Faria Pacheco, Efigênia dos Santos Gomes, Carlos Eduardo, Adão Bernardes, Marcos Geraldo de Freitas, Paulo Renato Carvalho, Vanda Lacerda, Prof. José Geraldo de Faria, Presidente Emérito do Instituto Histórico de Minas Gerais, Elcio Borges dos Santos, Isabela Amaral, Terezinha dos Santos, Divino Braga e de Diógenes Timo serão entregues à assessoria do candidato. Há tempo, apenas, para a pergunta da Sra. Maria de Lourdes Prata Passos, Presidente do Conselho Estadual da Mulher: "Dr. José Alencar, como Presidente do Conselho, desejava saber o que o senhor vai fazer em prol das mulheres de Minas Gerais? O senhor vai aproveitar a mulher no seu Governo?"

**O Sr. José Alencar\*** - Dei um exemplo para a Deputada Maria Elvira, que está me ajudando com uma equipe brilhante. Trata-se da economista Margarida Fontana, que é, realmente, dedicada e conhecida no universo de economistas de Minas. Essa é a razão pela qual posso responder à sua pergunta de cadeira. Se eu tivesse qualquer discriminação com relação às mulheres, não escolheria uma mulher para coordenar essa equipe. Acredito muito no peso intelectual da mulher, e acredito mais ainda na responsabilidade com que a mulher abraça as causas. Tenho muita experiência disso na minha vida, na minha própria casa. Minha mulher assumiu responsabilidades que, provavelmente, eu não teria condições de assumir perante meus filhos. Também, no meu trabalho, tenho vários exemplos a serem citados. Estão, hoje, aqui presentes, várias pessoas que me ajudam. Vejo a Ângela e gostaria de dizer que não conheço ninguém mais responsável que a Ângela. Também vejo a Susana e a Maria do Carmo. São muitas as mulheres que conheço e respeito. Entretanto, os homens não precisam ficar tristes, porque não vou discriminá-los. Os homens também terão lugar no meu governo.

**O coordenador** - Ao encerrar estes debates, quero agradecer, em nome dos meus colegas do CEPO, ao Dr. José Alencar, e também à Mesa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo apoio oferecido. Muito obrigado a todos.

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência manifesta seus agradecimentos ao Dr. José Alencar, bem como às demais autoridades e aos participantes deste debate.

\* - Sem revisão do orador.

---

## ORDENS DO DIA

---

### ORDEM DO DIA DA 574ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 23/8/94

1ª Parte (Pequeno Expediente)  
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, do veto total à Proposição de Lei nº 12.292, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Pecuária de Leite - Pró-Leite - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/93, do Deputado José Braga, que dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e sobre a criação, a organização e a supressão de distritos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

---

---

**ORDEM DO DIA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/8/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.755/93, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.068/94, do Deputado Baldonado Napoleão; 1.378/93, do Deputado Bernardo Rubinger; 752/92, do Deputado Cossimo Freitas; 684/92, do Deputado Geraldo da Costa Pereira; 1.789/93, do Deputado Jaime Martins; 1.404/93, do Deputado João Batista; 2.031/94, da Deputada Maria Elvira; 1.953/94, do Deputado Tarcísio Henriques.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.737/93, do Deputado Álvaro Antônio; 2.085/94, do Deputado Anderson Aduato; 2.066/94, do Deputado Antônio Pinheiro; 2.075/94, do Deputado Bené Guedes; 2.041/94, do Deputado Geraldo da Costa Pereira; 1.839/93, do Deputado Geraldo Rezende; 1.719/93, do Deputado Gilmar Machado; 1.466/93, do Deputado Hely Tarquínio; 1.297/93 e 2.081/94, da Deputada Maria Elvira; 1.836/93, da Deputada Maria Olívia; 1.835/93, do Deputado Roberto Amaral; 2.086/94, do Deputado Romeu Queiroz; 2.002/94, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.841/93, do Deputado Simão Pedro Toledo.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO POR DÍVIDAS DE TRABALHO NO DESMATAMENTO E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA REGIÃO NORTE DE MINAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/8/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 24/8/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.855 e 1.856/93, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.395 e 5.397/94, do Deputado Marcos Helênio.

**ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/8/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.605/93, da Comissão de Defesa do Consumidor.

**ORDEM DO DIA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/8/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos dos Deputados Elmo Braz (2), Marcos Helênio, Péricles Ferreira, Sebastião Costa e Tarcísio Henriques (4).

**ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/8/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.930/94, do Deputado Álvaro Antônio; 1.869/94, do Deputado Jaime Martins; e 1.854/93, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.252/93, do Deputado Ambrósio Pinto.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.769/93, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, e 1.745/93, do Deputado Tarcísio Henriques.

**ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 24/8/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.952/94, do Deputado Geraldo da Costa Pereira.

---

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/8/94, destinada a discussão e votação de pareceres e a votação de requerimentos; à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 12.292, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Pecuária de Leite - Pró-Leite - e dá outras providências, e 12.302, que dispõe sobre a conversão, em URV, das tabelas de vencimentos e de soldos dos servidores públicos do Poder Executivo e dá outras providências, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94, do Deputado Elmo Braz, que acrescenta parágrafo ao art. 157 da Constituição do Estado, do Projeto de Lei Complementar nº 29/93, do Deputado José Braga, que dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e sobre a criação, a organização e a supressão de distritos, e dos Projetos de Lei nºs 1.437/93, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Mercês, e 1.526/93, do Deputado Jaime Martins, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Estrela do Indaiá; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de agosto de 1994.

José Ferraz, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 36

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Bernardo Rubinger, Arnaldo Canarinho e Sebastião Costa, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas no dia 23/8/94, às 14h30min e às 20h40min, e no dia 24/8/94, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.  
Ambrósio Pinto, Presidente "ad hoc".

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José, Ermano Batista e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Antônio Fuzatto, José Renato, Dílzon Melo, Ermano Batista, Álvaro Antônio e Sebastião Costa, membros da Comissão de Administração Pública; Célio de Oliveira, Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Marcos Helênio, João Marques, José Renato e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões conjuntas a serem realizadas nos dias 23 e 24/8/94, às 14h45min e às 10h15min, respectivamente, na Sala das Comissões, destinadas a apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.108/94, do Governador do Estado, que fixa a tabela de vencimento de cargo de classes de professor do Quadro de Magistério, a que se refere a Lei nº 7.109, de 13/10/77.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.  
Tarcísio Henriques, Presidente.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Amaral, João Marques, José Renato, Jaime Martins, Marcos Helênio e Baldonado Napoleão, membros da referida Comissão, para as reuniões extraordinárias a serem realizadas às 15 horas e às 20h15min do dia 23/8/94, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nº 1.327/93, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.462/93, do Deputado José Bonifácio; 1.545/93, do Deputado Célio de Oliveira, e 2.016/94, do Tribunal de Justiça; e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.308/93, do Deputado Tarcísio Henriques.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.  
Célio de Oliveira, Presidente.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.301

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Renato, Maria Olívia, Péricles Ferreira e João Batista, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas no dia 23/8/94, às 14h15min e às 20h20min, e no dia 24/8/94, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de, se possível, se apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.  
Glycon Terra Pinto, Presidente "ad hoc".

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/94, de Autoria do Deputado José Militão e Outros, Que Dá Nova Redação ao Inciso II do Art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jorge Hannas, José Renato, Tarcísio Henriques, Agostinho Patrus, Bernardo Rubinger, Dílzon Melo, Arnaldo Canarinho, Péricles Ferreira, Álvaro Antônio, Ermano Batista, Márcio Miranda, José Maria Pinto, Maria José Haueisen e Antônio Fuzatto, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas nos próximos dias 23, às 15 horas e às 20h15min, e 24, às 15 horas, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, Deputado Péricles Ferreira.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.  
Geraldo Rezende, Presidente.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/94, de Autoria do Deputado Elmo Braz, Que Acrescenta Parágrafo ao Art. 157 da Constituição do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Renato, Geraldo Rezende, Jorge Eduardo, Glycon Terra Pinto, Ajalmar Silva, Dílzon Melo, Baldonado Napoleão, Péricles Ferreira, José Braga, Clêuber Carneiro, Ronaldo Vasconcellos, Hely Tarquínio, Marcos Helênio e Adelmo Carneiro Leão, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas nos próximos dias 23, às 15h15min e 20h30min, e 24, às 15h15min, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, Deputado Ajalmar Silva.



---

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

---

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 769/92**

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer  
Relatório

De autoria do Deputado Raul Messias, a proposição em epígrafe pretende seja dada a denominação de Profa. Lourdes Bernadete da Silva ao estabelecimento oficial de ensino do Município de Betim atualmente designado Escola Estadual Granjas Santo Antônio.

Tendo vencido o prazo para a apreciação da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça e atendendo a requerimento do autor, vem o projeto a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

A mencionada alteração é uma reivindicação daquela comunidade escolar, que anseia por homenagear a Profa. Lourdes Bernadete da Silva, vítima de um acidente fatal quando se dirigia ao trabalho. A referida professora dedicou a vida aos alunos e à luta pela melhoria da qualidade do ensino. Pela ação que ela desenvolveu em sua comunidade, consideramos oportuno e merecido o mencionado preito.

Apresentamos, ao final deste parecer, substitutivo ao projeto, com vistas ao seu aprimoramento técnico.

Conclusão

Em virtude do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 769/92 na forma do Substitutivo nº 1, redigido a seguir.

**SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 769/92**

Dá a denominação de Escola Estadual Profa. Lourdes Bernadete da Silva à Escola Estadual Granjas Santo Antônio, no Município de Betim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Passa a denominar-se Escola Estadual Profa. Lourdes Bernadete da Silva a Escola Estadual Granjas Santo Antônio, no Município de Betim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Francisco Ramalho, relator.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 1.980/94**

Comissão de Saúde e Ação Social  
Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Roberto Amaral, declara de utilidade pública o Lar das Meninas Flor da Acácia, com sede no Município de Viçosa.

Publicada em 14/4/94, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice a sua tramitação.

Vem, agora, a matéria a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, em atendimento ao que prescreve o Regimento Interno.

Fundamentação

A mencionada entidade tem por finalidade cuidar gratuitamente de menores carentes de ambos os sexos, na faixa etária de 7 a 16 anos, visando a seu desenvolvimento e à compensação de suas deficiências.

Nome documento: LIEDPEC39.COA

Sua atuação na comunidade é marcada pelos relevantes serviços assistenciais que lhe presta, o que a faz merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.980/94 no 1º turno, em sua forma original.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 2.059/94**

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer  
Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação Serra Esporte Clube Social, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após o exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à tramitação do projeto, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 1º turno.

Fundamentação

A mencionada Associação, com personalidade jurídica, tem por objetivo promover o bem-estar de seus associados, assim como desenvolver atividades de caráter recreativo, esportivo, cultural e social.

Dessa forma, pelos relevantes serviços prestados à comunidade em que atua, a referida Associação merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em virtude do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.059/94 na forma original.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Maria José Haueisen, relatora.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 1.534/93**

Comissão de Saúde e Ação Social  
Relatório

A proposição em tela, do Deputado Eduardo Brás, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Espírita Lázaro - CEL -, com sede no Município de Formiga.

Aprovado no 1º turno com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde e Ação Social, o referido projeto foi baixado em diligência a pedido deste relator. Cumprida a diligência, encontramos-nos em condições de examinar a matéria no 2º turno de deliberação conclusiva e de elaborar a redação do vencido, nos termos regimentais.

Fundamentação

A entidade que se pretende beneficiar tem pautado sua atuação por relevantes serviços prestados à comunidade, notadamente no que se refere ao atendimento desinteressado aos mais carentes.

Ratificamos, pois, a opinião exarada por esta Comissão, favorável à concessão do título declaratório de utilidade pública, quando a matéria foi examinada no 1º turno.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.534/93 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, cuja redação segue anexa e é parte deste parecer.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Wilson Pires, relator.

**Redação do Vencido no 1º Turno  
PROJETO DE LEI Nº 1.534/93**

Declara de utilidade pública o Centro Espírita Lázaro - CEL -, com sede no Município de Formiga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Nome documento: LIEDPEC39.COA

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Espírita Lázaro - CEL -, com sede no Município de Formiga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 1.795/93**

Comissão de Saúde e Ação Social  
Relatório

De autoria do Deputado Bené Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Ação Comunitária de Vila Caxias e Vila Santa Rita e seus respectivos bairros, com sede no Município de Além Paraíba.

Aprovada no 1º turno, com emenda, volta a matéria a esta Comissão para ser objeto de deliberação conclusiva.

Nos termos do § 1º do art. 196 do Regimento Interno, elaboramos a redação do vencido, que segue anexa e é parte deste parecer.

Fundamentação

A entidade objeto da proposição em apreço é uma sociedade civil sem fins lucrativos,

que tem por objetivo a defesa dos interesses da população e a melhoria da qualidade de vida da comunidade em que atua. Nesse sentido, mantém serviços de cunho beneficente e assistencial, além de representar, perante o poder público e as entidades privadas, os interesses de seus associados.

Pelos serviços prestados em prol do bem-estar social, a instituição faz jus à declaração de sua utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.795/93 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Jorge Eduardo, relator.

#### **Redação do Vencido no 1º Turno**

##### **PROJETO DE LEI Nº 1.795/93**

Declara de utilidade pública a Ação Comunitária de Vila Caxias e Vila Santa Rita e seus respectivos bairros, com sede no Município de Além Paraíba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Ação Comunitária de Vila Caxias e Vila Santa Rita e seus respectivos bairros, com sede no Município de Além Paraíba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### **PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI**

##### **Nº 2.018/94**

Comissão de Saúde e Ação Social

##### Relatório

De autoria do Deputado Geraldo da Costa Pereira, o projeto de lei em exame, que pretende declarar de utilidade pública a Associação de Moradores São Caetano - ASSCA -, com sede no Município de Betim, foi aprovado no 1º turno, com emenda.

Cabe-nos, agora, deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, em cumprimento às disposições regimentais.

Nos termos do § 1º do art. 196 do Regimento Interno, elaboramos a redação do vencido, que segue anexa e é parte deste parecer.

##### Fundamentação

A referida Associação é uma entidade civil sem fins lucrativos que se destina a prestar serviços sociocomunitários aos moradores do Conjunto Habitacional São Caetano, situado no Bairro São Caetano, no Município de Betim.

Pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando aos moradores do lugar em que atua, consideramos justa a declaração de sua utilidade pública.

Nome documento: LIEDPEC39.COA

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.018/94 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

#### **Redação do Vencido no 1º Turno**

##### **PROJETO DE LEI Nº 2.018/94**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores São Caetano - ASSCA -, com sede no Município de Betim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores São Caetano - ASSCA -, com sede no Município de Betim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### **PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI**

##### **Nº 2.051/94**

Comissão de Saúde e Ação Social

##### Relatório

De autoria do Deputado Mauri Torres, o projeto de lei em epígrafe declara de utilidade pública a Associação Beneficência Popular, com sede no Município de Mariana.

Aprovado o projeto no 1º turno, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, em conformidade com o disposto no Regimento Interno.

##### Fundamentação

Tendo em vista o cunho social e filantrópico das atividades desenvolvidas pela Associação Beneficência Popular, que tem como objetivos principais a educação da infância e da juventude e a prática da caridade em hospitais, orfanatos e entidades assemelhadas, evidenciado está o mérito da proposição em tela.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.051/94 no 2º turno, conforme foi proposto.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 2.092/94**

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Cossimo Freitas, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - APLEMG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após sua aprovação no 1º turno, na forma original, cabe-nos, agora, deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, em cumprimento às disposições regimentais.

Fundamentação

Os objetivos sociais a que a referida Associação se propõe, tais como prestar assistência social, cultural e jurídica aos seus associados, além de congregá-los, refletem os anseios altruístas da entidade.

Pelos relevantes serviços que vem prestando aos servidores do Legislativo mineiro, a associação merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.092/94, no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 1994.

Nome documento: LIEDPEC39.COA

Jorge Eduardo, relator.

---

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**

---

**567ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso Proferido em 9/8/94 pelo**

**Deputado Roberto Carvalho**

**O Deputado Roberto Carvalho\*** - Colega Presidente, colega Bené Guedes, colegas do Plenário, das galerias e dos gabinetes, o Governador do Estado lançou, no primeiro semestre, a campanha "Minas Aponta o Caminho", que persiste até hoje com veiculação quase diária nos jornais e trata dos diversos segmentos da administração pública. Essa campanha foi orçada, segundo informações que obtivemos e não foram desmentidas pelo Governo, em US\$22.000,00. Se o valor não fosse esse, o Governo teria desmentido e apresentado o valor supostamente correto. O Governo fala da saúde, dos transportes, da agricultura, do Projeto Jaíba, e, curiosamente, o setor considerado prioritário, que precede aos demais - o do funcionalismo do magistério - não tem nenhum valor. O bom desempenho da máquina administrativa é condição precípua para a solução dos problemas do Governo. É exatamente na questão relativa ao funcionalismo do magistério que o Governo tanto prometeu e até hoje nada fez.

A grande promessa do Governo era restabelecer a dignidade do servidor público. E, entre essas promessas, ressaltava a do pagamento da reposição salarial nos níveis de outubro de 1986. No semestre passado, esta Casa aprovou um requerimento da nossa Bancada para a constituição de uma comissão especial para acompanhar as negociações. Conversamos, conversamos, e, lamentavelmente, não saiu nada de concreto, mas apenas alguns pequenos remendos para o magistério, que não mudaram em nada o seu quadro. A Professora P1 ganha, hoje, R\$105,00. O Governador prometeu que, na primeira quinzena de agosto, negociaria os salários. Disse, também, no mês passado, que o funcionalismo e o magistério teriam uma surpresa. Até agora o Governo continua com a propaganda: "Minas Aponta o Caminho". E nós perguntamos: que caminho é esse? Qual é o caminho para o servidor público, para a professora, para a administração pública? Se o Governador continuar com esta dificuldade para encontrar a solução dos problemas do

funcionalismo público, vamos lhe dar uma lanterna de presente, para ver se ela ilumina seu caminho. Será que ele não consegue encontrar o caminho para resolver os problemas do funcionalismo? Se ele não conseguir, com a licença do nosso grande Líder, Adelmo, a nossa Bancada irá oferecer ao Governador uma lanterna de presente, já que seu caminho deve ser de escuridão absoluta, porque, até agora, ele não apresentou nenhuma medida concreta, nenhuma solução. Estamos aguardando que o Governador marque a reunião de negociação, para que ele apresente uma proposta que, enfim, restabeleça as condições de dignidade para que o servidor público possa sobreviver e trabalhar. Ou será que o caminho para o servidor público é o do desrespeito, da miséria e do abandono? A gente espera que, mesmo que ao final do Governo, o Governador cumpra, pelo menos em parte, as promessas que fez, porque, seguramente, o funcionalismo e o magistério foram os responsáveis por sua vitória nas urnas. Estamos aguardando e cobrando do Governador Hélio Garcia a imediata marcação da reunião de negociação, para que haja uma reposição já. E, se ele tiver dificuldade de encontrar o caminho, nós iremos ajudá-lo com uma lanterna.

\* - Sem revisão do orador.

**567ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**Discurso Proferido em 9/8/94 pelo**  
**Deputado Gilmar Machado**

Nome documento: LIEDPEC39.COA

**O Deputado Gilmar Machado** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias: dois assuntos nos trazem, nesta tarde, a esta tribuna.

O povo de Uberlândia, hoje, foi surpreendido por mais uma atitude de perseguição do Governador Hélio Garcia. Ele vetou - saiu publicado no "Minas Gerais" do dia 4 - um projeto votado por unanimidade nesta Casa. É um projeto de extrema importância não só para o Município de Uberlândia, mas também para o de Uberaba, porque o rio Uberabinha, que nasce no Município de Uberaba e corre para o de Uberlândia, é exatamente o rio que abastece e fornece a água tão necessária à população da nossa cidade. O Governador Hélio Garcia vetou o projeto que criava a bacia hidrográfica do rio Uberabinha. O povo de Uberlândia, mais uma vez, está indignado com a atitude do Sr. Governador Hélio Garcia e, por consequência, do seu candidato ao Governo. E, hoje, a imprensa já começa a trabalhar e a mostrar que Hélio Garcia está, mais uma vez, contra a população de Uberlândia e do Triângulo. Mas essa população saberá dar resposta ao Sr. Governador e a todos aqueles que o apóiam. Não podemos continuar assistindo passivamente ao que está acontecendo em Minas Gerais. O Governo Hélio Garcia passou mais de três anos discriminando, abertamente, o Triângulo, em especial, a cidade de Uberlândia. Não podemos concordar que o Sr. Governador vete um projeto que foi discutido aqui.

Fizemos questão de trazer a carta redigida pelos próprios órgãos do Governo do Estado e endereçada a esta Casa. Ela nos foi enviada pelo ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Dr. Octávio Elísio Alves de Brito. Diz o seguinte: (- Lê:)

"Belo Horizonte, 30 de agosto de 1991.

Exmo. Sr. Deputado,

Reportando-nos aos termos do ofício 2.783/91/SGM, datado de 8/8/91, vimos informar a V. Exa. que o projeto para a criação de uma unidade de conservação na bacia do rio Uberabinha encontra-se em andamento.

De acordo com os procedimentos necessários a essa proposta, foi realizada, no período de 12 a 15/8/91, uma vistoria técnica na área, objetivando a avaliação preliminar das características ambientais da bacia. Nessa etapa, foram feitos contatos com professores da Universidade Federal de Uberlândia, técnicos das Secretarias de Meio Ambiente e entidades ambientalistas dos Municípios de Uberaba e Uberlândia.

Certos de que em breve concluiremos esse estudo, colocamo-nos à disposição dessa Casa para outras informações pertinentes ao assunto, servindo-nos do ensejo para reiterar a V. Exa. nossos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Octávio Elísio Alves de Brito, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente."

Posteriormente, a FEAM nos enviou os subsídios técnicos para a elaboração e a montagem de um projeto, assinados pelos biólogos da área e por seu departamento técnico. Além disso, o projeto recebeu parecer técnico-jurídico do Dr. Joaquim Martins da Silva Filho, assessor jurídico da FEAM, que concluiu pela criação da área de proteção permanente do rio Uberabinha. O projeto, nesta Casa, passou pelas comissões técnicas das quais recebeu parecer favorável; a seguir, foi votado por

unanimidade neste Plenário. Lamentavelmente, por ser um projeto de iniciativa de parlamentares do PT, por ser um projeto que beneficia a cidade de Uberlândia, por ser um projeto de preservação ambiental, o Governador Hélio Garcia o vetou, prejudicando, enormemente, mais de 350 mil pessoas, habitantes dos Municípios de Uberlândia e Uberaba.

Agora, vem o Sr. Governador dizer que "Minas aponta o caminho". Minas aponta o caminho da perseguição política, Minas aponta o caminho contra a população do Triângulo, especialmente contra a de Uberlândia. O candidato do Sr. Hélio Garcia, o Sr. Eduardo Azeredo, terá de explicar ao povo daquela cidade por que o Governador que

Nome documento: LIEDPEC39.COA

o apóia é contra a preservação do rio Uberabinha, porque é contra a recuperação do nosso rio, porque é contra a garantia de uma qualidade de água melhor para a população daquele município. O povo de minha cidade saberá dar resposta aos Srs. Hélio Garcia, Eduardo Azeredo e Fernando Henrique. Estamos preparando um manifesto, juntamente com entidades ambientalistas, para protestar contra essa perseguição que é feita contra minha cidade e contra minha região. Não iremos ficar calados.

Felizmente, o Governo Hélio Garcia está chegando ao fim. Tenho certeza de que este Governo não terá seqüência em Minas Gerais. Não é possível que continuem essas perseguições contra minha cidade. Estamos indignados e revoltados com essa perseguição. Somos contra todo tipo de perseguição. Por esta razão, estamos protestando e deixando o nosso grito de revolta contra esse ato do Sr. Hélio Garcia. Aquela população foi, mais uma vez, perseguida pela "canetada" do Sr. Governador, que, lamentavelmente, não conhece a nossa região, os nossos problemas e não sabe do que precisamos.

Espero que esta Casa não tenha a mesma atitude do Governador Hélio Garcia e que, de fato, garanta à população da nossa cidade a proteção de que ela precisa, ou seja, a preservação do rio que fornece a água necessária para todos nós. Espero que, na votação do veto, esta Casa possa manter o critério que foi adotado pelas comissões técnicas nas quais o projeto tramitou e que possamos derrubá-lo.

Para concluir, queríamos dizer que está marcada para a semana que vem a assembléia de paralisação do funcionalismo público, já como um indicativo de greve. As escolas poderão fechar as portas, a saúde poderá parar e, na polícia, já há manifestações, em decorrência da irresponsabilidade do Governador Hélio Garcia. Ele enrolou durante todo o primeiro semestre, dizendo que ia negociar e, inclusive, disse-nos, no Palácio, que não precisaríamos apresentar propostas de piso salarial na Assembléia, porque o aumento seria dado no segundo semestre. E a surpresa está aí. Não há negociação; não há nada para o funcionalismo. E nós lamentamos esta situação. Se as aulas forem paralisadas a partir da semana que vem, o único culpado será o Governo Hélio Garcia, que tem que ser responsabilizado por não tratar com seriedade o funcionalismo público do Estado.

Estaremos denunciando e protestando todos os dias, porque somos o Vice-Presidente da comissão de negociação e, por isso, entendemos que o Legislativo não pode ser tratado com irresponsabilidade, com molecagem, como, lamentavelmente, o Governo tratou a nossa comissão. O assunto foi seriamente discutido na comissão, respaldada por esta Casa, e, agora, o Governador não cumpre o acordo. O edital do concurso para P1, que foi assinado pelo Secretário Evandro de Paiva Abreu, até hoje, não saiu. Da mesma forma, outros acordos assinados não foram cumpridos. Como é que dá para acreditar num Governo que não cumpre nem aquilo que assina nas mesas de negociação?

Queríamos deixar o nosso protesto e dizer que, amanhã, estaremos no Rio de Janeiro, participando do debate da comunidade evangélica com os presidentiáveis. Os debates já se iniciaram, hoje, com a presença dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Orestes Quércia. Amanhã, estarão debatendo, com mais de 1.500 líderes evangélicos, os candidatos Lula e Brizola, porque a comunidade evangélica entende que é importante debater e conhecer as propostas dos candidatos. Nós estaremos participando como um dos membros da Associação Evangélica Brasileira. Muito obrigado.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

#### **567ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso proferido em 9/8/94 pelo**

**Deputado José Militão**

**O Deputado José Militão** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, foi com surpresa e perplexidade que, lendo as razões do veto anexas à Lei nº 11.539, de 22/7/94, constatamos o veto do Sr. Governador do Estado ao § 1º do art. 21 da Proposição de Lei nº 12.306.

Nome documento: LIEDPEC39.COA

Com efeito, o supracitado § 1º do art. 21 possibilitava a absorção pela UEMG da Fundação Educacional Nordeste Mineiro, de Teófilo Otôni.

Em pronunciamento que fizemos em 9 de abril deste ano, lembramos que fomos destinatários de inúmeros apelos formulados por vários Prefeitos e expressivas lideranças em favor da estadualização da Fundação Educacional Nordeste Mineiro, de Teófilo Otôni.

Estamos tristes e frustrados com o veto do Sr. Governador, uma vez que a absorção da FENORD pela Universidade Estadual iria favorecer os estudantes da região mais pobre de Minas Gerais, que é o vale do Jequitinhonha.

Nossa inconformação assume maiores proporções à medida que nos convencemos que o veto do Sr. Governador vai obstar o ensino gratuito e de boa qualidade a um expressivo universo de estudantes que não têm condições de acesso ao ensino superior pago.

Queremos, com nosso pronunciamento, deixar registrado, nos anais desta Casa, a nossa insatisfação pela marginalização imposta à FENORD, fato que prejudica a população carente e desassistida no Norte e no Nordeste de nosso Estado.

Vamos continuar lutando em favor dessa justa aspiração, pois entendemos que um Estado somente se torna forte e respeitado com a plena democratização do ensino, inclusive o de nível superior.

Nossa posição é, pois, de integral solidariedade aos Prefeitos e lideranças regionais, que, um dia, bateram às nossas portas solicitando o nosso apoio e a nossa luta em favor da estadualização da FENORD.

Em que pese à triste realidade materializada no veto governamental, vamos continuar mantendo acesa a chama de nossa esperança e, por isso, esperamos que esta Casa, quando da apreciação desse veto, possa devolver a Teófilo Otôni e região a oportunidade de, por meio da FENORD, usufruir também da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS."

#### **567ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso Proferido em 9/8/94 pelo**

**Deputado Roberto Carvalho**

**O Deputado Roberto Carvalho\*** - Gostaria, após votado e aprovado o relatório sobre a questão do fechamento do Grande Hotel de Araxá, de dizer que nossa comissão cumpriu o seu papel.

Ontem, procuramos o Presidente da COMIG; o Governo do Estado está cumprindo todos os compromissos assumidos perante a comunidade. Em outubro, as termas serão reabertas, e as obras estão em andamento, assim como as obras de recuperação do hotel, que em breve será aberto à licitação.

Gostaria de registrar que a Assembléia cumpriu a sua obrigação e o seu papel e que a aprovação do relatório fecha um trabalho que esta Casa prestou à comunidade de Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

#### **569ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Discurso Proferido em 12/8/94 pelo**

**Deputado Roberto Amaral**

**O Deputado Roberto Amaral\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o vibrante comércio lojista de Montes Claros, cidade-pólo do extenso Norte de Minas, vive hoje momentos de justificada euforia, com a comemoração do jubileu de prata de sua entidade máxima de representatividade - o CDL - Clube de Diretores Lojistas de Montes Claros.

Criada em julho de 1969, por iniciativa de tradicionais e arrojados comerciantes do município, a entidade se propunha não só a integrar a valorosa categoria, mas também prestar serviços permanentes aos seus associados e à comunidade, em especial nas áreas comerciais de crédito, cadastro, cobrança, dentre outras.

Ao longo dos últimos 25 anos, mercê da fibra e do altruísmo de seus integrantes, o CDL de Montes Claros tem sido um organismo a serviço do desenvolvimento do município,

Nome documento: LIEDPEC39.COA

com presença efetiva em todas as lutas reivindicatórias, de qualquer natureza e em qualquer campo, buscando sempre alcançar as melhores conquistas para a própria classe e para a comunidade.

Hoje, consolidada como uma entidade de organização empresarial das mais modernas e ágeis, o CDL de Montes Claros desenvolve uma política de aproximação e de cooperação com entidades co-irmãs, afins e congêneres, além de manter serviços de incontestável alcance para os seus associados, como o SPC-Cheque, fac-símile, Serviço de Proteção ao Crédito, Central Executiva de Recuperação de Crédito, divulgação e assessoria jurídica.

Incontáveis são as memoráveis campanhas comunitárias desenvolvidas pelo CDL de Montes Claros durante esses 25 anos de existência, o que o consolida não apenas como entidade classista, mas principalmente como uma trincheira de lutas a favor do desenvolvimento de Montes Claros. Como Deputado representante daquela região, quero apresentar minhas congratulações a todos os que compõem o CDL de Montes Claros.

Ao solicitar à Mesa Diretora que seja enviada à Diretoria do CDL de Montes Claros voto de congratulações pelo transcurso do jubileu de prata da entidade, quero aqui fazer uma referência toda especial à memória de seu primeiro Presidente, o saudoso comerciante Osvaldo Oliveira Nobre, e a todos os outros presidentes que o sucederam, cujos nomes faço questão de citar: José das Neves Correa, Geraldo Sandoval Nobre, Geraldino Gonçalves Coelho, Antônio Franco do Amaral Neto (que vem a ser - e isso me alegra - um dos meus estimados irmãos), Antônio Fagundes Martins, Antônio Cristiano Oliveira Lima, Paulo Roberto Costa, João Emílio Ferreira, Vicente de Paulo Fernando Leal, Luiz Ernani Maia, e o atual Presidente Valdeir Correa, a quem fazemos um cumprimento todo especial. Muito obrigado.

(\* - Sem revisão do orador.)

#### **569ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

#### **Discurso Proferido em 12/8/94 pelo**

#### **Deputado Tarcísio Henriques**

**O Deputado Tarcísio Henriques** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar, nos anais desta Casa, fato ocorrido esta semana, na Comarca de Cataguases. Foi noticiado que o atual Prefeito de Dona Euzébia, Francisco de Assis Ribeiro, está sendo acusado de mandar eliminar o Vereador Sebastião Geraldo Soares, também conhecido como Sebastião Amaro.

A causa da ameaça seria uma denúncia feita pelo Vereador com relação a irregularidades verificadas nas contas da administração municipal. Segundo consta na ocorrência, o Vereador teria feito uma queixa à Procuradoria da República e ao Tribunal de Contas.

Por essa razão, o Prefeito, teria contratado sicários para eliminar o vereador. O fato, infelizmente, vem demonstrar que ainda não conseguimos nos adiantar no aperfeiçoamento da democracia. O que já deveria ter sido resolvido, não só pelo Tribunal de Contas, mas também pela própria Câmara de Vereadores e até pela eficiência e pela rapidez da Procuradoria da República, nos põe diante da possibilidade do assassinio de um vereador, rapaz novo, dedicado à causa da democracia e sintonizado com esse anseio de moralização dos costumes na prática política.

Infelizmente, a história tem registrado questões dessa natureza porque os homens ainda não perceberam que devemos atentar para a correção no trato da coisa pública. O povo, destinatário do nosso trabalho, da nossa eficiência e desse esforço que fazemos para o aperfeiçoamento do processo democrático, espera do seu representante que ele cumpra dignamente sua missão. Esse trabalho nunca pode ser considerado definitivo, terminado mas temporário. É justamente nessa temporariedade que está a possibilidade do aperfeiçoamento. Se não podemos melhorar imediatamente as condições do nosso povo pelo menos, podemos contribuir para que, num futuro bem próximo, essa melhoria de condições de vida seja alcançada.

Nome documento: LIEDPEC39.COA

Era o que gostaria de registrar, pedindo a V. Exa. que encaminhe ao Secretário, um pedido de garantia de vida para o referido vereador, deixando bem claro à Secretaria de Segurança que nós, legisladores, nos preocupamos com a garantia do livre exercício de nossa função. Essa é uma preocupação de todos os parlamentares.

---

#### **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

#### **AVISOS DE LICITAÇÃO**

#### **Convites**

Conhecidas as propostas e realizado o julgamento, foram consideradas vencedoras as firmas:

**Convite nº 201/94**



Em 11/8/94 - Marcam Industrial Ltda. e Sinalmig - Sinais e Sistemas Ltda. -  
Aquisição de diversas placas - R\$285,50.

**Convite nº 202/94**

Em 11/8/94 - Central Iluminação Ltda. - Aquisição de 14 luminárias MPAP, brancas -  
R\$1.091,40.

**Convite nº 207/94**

Em 16/8/94 - Bell-Tec Telecomunicações Ltda. e Multicabos Comercial Ltda. -  
Aquisição de cordões espirais e disco combinador - R\$954,24.

---

**ERRATA**

---

**RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAR UM CÓDIGO DE ÉTICA E PRINCÍPIOS  
NORTEADORES DO DECORO PARLAMENTAR**

Na publicação do relatório em epígrafe, verificada na edição de 17/6/94, págs. 46,  
cols. 2, 3 e 4, e 47, col. 1, onde se lê, no quarto parágrafo da conclusão, na pág.  
46, col. 3:

"a Comissão Especial apresenta à Assembléia o projeto de resolução anexo", leia-se:  
"a Comissão Especial apresenta à Assembléia o anteprojeto de resolução anexo".

E onde se lê, após a conclusão, na pág. 46, col 3:

**"PROJETO DE RESOLUÇÃO N°", leia-se:  
"ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO".**